

REVISTA

da

Fundação Jones dos Santos Neves

ANO 1 — NÚMERO

1

JANEIRO/MARÇO DE 1978 — VITÓRIA — ESPÍRITO SANTO

A Epistemologia em relação à economia: de Platão ao Liberalismo

Cláudio Bueno Rocha

Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa

Antônio Carlos de Medeiros

O homem e a massificação

Cláudio Bueno Rocha

Grande Vitória: Centro de Animação de Carapina

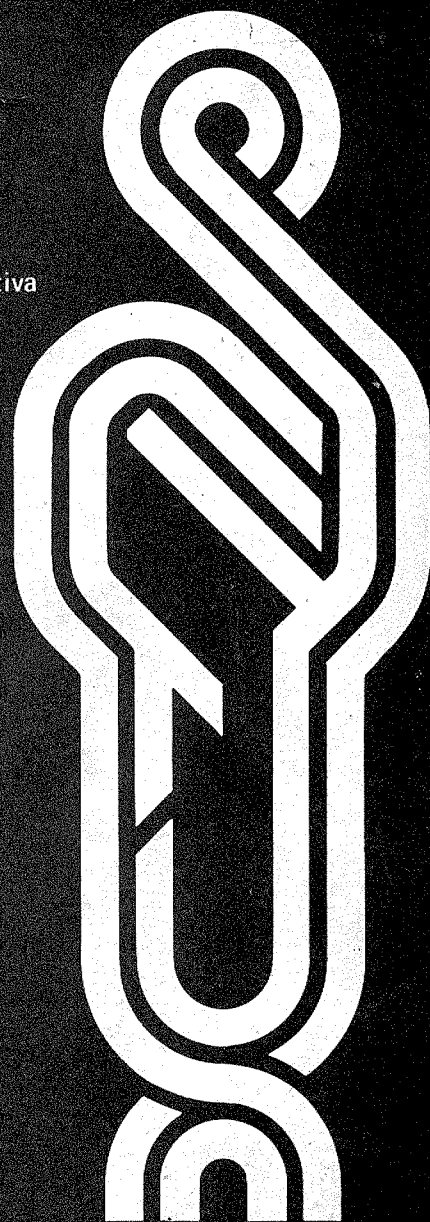
Fundação Jones dos Santos Neves

Sinopse da história populacional do Brasil

Michel Otto Bergmann

Marcel Duchamp, o título como parte e representação

✦ *Cláudio Bueno Rocha*



A FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES,
órgão do sistema de planejamento do Estado do
Espírito Santo, foi criada pela Lei
Estadual 3 043, de 31 de dezembro de 1975.

O DECRETO de nº 831-N, de 7 de maio
de 1976, do governador Elcio Álvares, concretizou seus objetivos:

-programar e implementar pesquisas que
subsidiem um melhor equacionamento dos
problemas econômicos e sociais fornecendo suporte
técnico ao Governo Estadual na elaboração
de seus programas de desenvolvimento:

-formular diagnósticos, realizar estudos
e promover a elaboração de planos e programas de
desenvolvimento urbano e regional,
auxiliando a ação da Secretaria de Estado do Planejamento;
auxiliar sempre que solicitada, a ação de
articulação das atividades estaduais de interesse
dos municípios desenvolvida pela
secretaria de Estado do Planejamento;

-manter um sistema de informações socio-econômicas
na área de sua atuação;

-formar recursos humanos voltados para o estudo
e a pesquisa aplicados à realidade capixaba.

SUA IMPLANTAÇÃO E INÍCIO DE FUNCIONAMENTO
se deu em 31 de agosto de 1976

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO.
SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO.
FUNDAÇÃO JONES DOS
SANTOS NEVES

Atribuições básicas da FJSN:

- Planejamento urbano e regional.
- pesquisa aplicada, para subsidiar o planejamento urbano e regional.
- treinamento de recursos humanos para o setor público estadual.

DIRETORIA DA FJSN:

Diretor Superintendente
Stélio Dias;
Diretor Técnico
Arlindo Villaschi Filho.

REVISTA DA FUNDAÇÃO
JONES DOS SANTOS NEVES —
ANO 1 — NÚMERO 1 — JAN/
MAR DE 78 — TRIMESTRAL —
VITÓRIA — ESPÍRITO SANTO
— FJSN.

CONSELHO EDITORIAL:

Stélio Dias
Arlindo Villaschi Filho
Carlos Alberto Feitosa Perim
Antonio Luiz Borjaile
André T. Abbe
Helena Maria Gomes
Carlos Caser
Fernando B. Betarello
Roberto da Cunha Penedo

DIRETOR RESPONSÁVEL
Manoel Vereza de Oliveira

EDITOR EXECUTIVO
Erlido Euzébio dos Anjos

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
Regina Maria Monteiro

ARTE

Carlile Simões Fonseca

CAPA

Atilio Gomes

COLABORADORES

Michel Otto Bergmann, Cláudio Bueno
Rocha (in memoriam), Mário H. Coelho,
Marcos Tavares Ferreira, Cláudio
Yoshida.

REDAÇÃO: Avenida César Hilal, 437 —
1º andar — Vitória - ES. telefones:
227-0186 e 223-3933.

COMPOSIÇÃO: Art Script
Rua Quintino Bocaiuva, 16 — Ed. Na-
vemar — 5º andar — Salas 501/502 —
Vitória - ES.

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

— Os artigos assinados são da inteira
responsabilidade dos autores.
— Colaborações, em forma de artigos,
ensaios ou resumos bibliográficos, são
aceitos se encaminhados ao Diretor Res-
ponsável.

CONTATO COMERCIAL E

ASSINATURAS:

(anual — Cr\$ 80,00) — no endereço da
redação, com a Secretária Executiva

REVISTA DA FUNDAÇÃO
JONES DOS SANTOS NEVES

Registrada sob o número 1.854 — P. 209/
73, na Divisão de Censura de Diversões
Públicas do Departamento de Polícia
Federal de Brasília (DF).

CARTA DO EDITOR

A

Fundação Jones dos Santos Neves pretende lançar, com o primeiro número de sua revista, mais do que um periódico de assuntos puramente "acadêmicos". Deseja, sobretudo, abrir um fórum de debates acerca dos problemas urbanos e regionais do Estado do Espírito Santo.

Esta é a posição de sua diretoria e do seu Conselho Editorial.

Segundo a postura da Diretoria, talvez a tarefa mais importante reservada à FJSN não seja a de produzir planos e projetos para a natural demanda do setor público. Ao contrário, o fundamental e permanente fato de que ela vai formar e "especializar" equipes que possam pensar no Espírito Santo dentro de uma visão global e, principalmente, sistêmica. Um Estado periférico e dependente que se prepara para integrar-se ao contexto desenvolvimentista brasileiro e que, por isto mesmo, precisa ser estudado e pesquisado com minúcias para que, na hora do salto para o desenvolvimento, os benefícios possam fluir para os capixabas.

Esta filosofia de ação embute a idéia de que não basta "planejar" o Espírito Santo. Antes de tudo, é necessário criar e consolidar uma consciência de planejamento, levando-se em consideração as necessidades, os problemas e as possibilidades do Estado. Surge a partir daí, o fenômeno da "capixabização" das propostas de desenvolvimento. Que devem ser encaradas não como um resultado de intenções bairristas ou xenófobas, mas como uma consequência da necessidade de complicação da participação local na solução dos problemas que emergem em torno do Espírito Santo.

Assim como a Fundação Jones dos Santos Neves, a Revista assume a necessidade de partir para um esquema dialético de atuação, sob o prisma de que o que é regional deve integrar-se ao que é universal, imbricando-se dialeticamente. O ver o problema, o sentir as necessidades, expectativas e anseios e o solucionar as questões, devem ser de "propriedade" de uma comunidade regional. Entretanto, isto não pode impedir que se adapte às peculiaridades locais, os instrumentos e o arcabouço teórico e conceitual que pertencem a uma comunidade universal. Numa só palavra: a "capixabização" das propostas não deve ser tal que se esqueça o espaço científico universal.

Em seu primeiro número, a REVISTA DA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES publica uma tese de mestrado em Administração Pública, de autoria do professor Antônio Carlos de Medeiros, da Universidade Federal do Espírito Santo, cujo título é "Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa". Da Fundação Jones dos Santos Neves um resumo do projeto "Centro de Animação de Carapina". Um resumo do sociólogo Michel Otto Bergmann sobre seu livro "Nasce um povo", lançado em 1977, com base em conferências realizadas no Teatro Carlos Gomes, num Curso de Extensão Universitária, em 1974.

De Cláudio Bueno Rocha (1935-1977), criador da REVISTA DA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES, mostramos alguns de seus trabalhos, especialmente elaborados para a própria FJSN, onde era assessor técnico, e aqueles, como o ensaio sobre Marcel Duchamp, que ocupavam o tempo disponível de Cláudio, ou seja, toda atividade cultural. Cláudio Bueno Rocha era jornalista e foi um dos mais completos intelectuais brasileiros.

E.E.A.

ÍNDICE

ANTÔNIO CARLOS MEDEIROS

Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa 2

CLÁUDIO BUENO ROCHA

Marcel Duchamp — o título como parte e representação. 20

O homem e a massificação. 22

CLÁUDIO BUENO ROCHA

A epistemologia em relação a economia: de platão ao liberalismo 24

MICHEL OTTO BERGMANN

Sinopse da história populacional do Brasil 25

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

Grande Vitória: centro de animação de Carapina . . 27

REVISTA DA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

VITÓRIA, ES

Nº 1

JAN/MAR. 1978

PROPOSIÇÃO II

Implementação do voto distrital, que daria maior representatividade às áreas rurais e urbanas das regiões periféricas do Brasil.²⁸

Desde que o Presidente Ernesto Geisel convidou os políticos brasileiros a exercitarem sua **imaginação criadora** para enriquecer o esforço governamental no sentido de buscar formas para normalização política e retorno ao Estado de Direito, a discussão sobre o voto distrital tem sido constante nos debates levados à efeito no Congresso Nacional.

A partir de 1974, o Governo da Revolução de 1964 começou a perceber que sua legitimação dependia cada vez mais da abertura de alguns canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade Civil, para que essa tivesse condições de manifestar seus interesses.

Até então, a estabilidade política do Brasil, sob um regime autoritário, deveu-se à dois fatores. Primeiro, foi possível devido à **legitimação pela eficácia**, já que a partir da difusão do chamado **milagre brasileiro**, o regime passou a ser visto como benéfico para o atendimento das aspirações desenvolvimentistas nacionais. Além disso, **reduzindo a participação popular**, foi possível compensar o retrocesso da institucionalização política.

Entretanto, os efeitos da crise do petróleo e do modelo econômico adotado, sobre a **performance** da economia nacional, além da exarcebada violação dos direitos humanos, começaram a colocar em dúvida as qualidades do regime. Sentiu-se necessidade de promover uma abertura política, implantando-se um novo modelo político.

Embora a democracia representativa tenha evoluído, no Brasil, mais a nível formal do que propriamente ao nível real, devido ao confronto permanente de interesses regionalistas, clientelistas e personalistas, o autoritarismo não parece ter mais condições de permanecer legitimado. Segundo Roberto Campos,²⁹ chegou-se a um grau suficiente de diferenciação de estruturas e de articulação de interesses grupais e regionais que tornaria instável e impermanente a consolidação de formas violentamente ideológicas e rigidamente hierárquicas de comportamento político.

A reconciliação popular e a institucionalização política representam, a partir do diagnóstico da situação vigente, formas de implementar as modificações estruturais que a conjuntura exige.

Uma dessas modificações diz respeito ao voto distrital, que pode dar, pelo menos, maior representatividade às áreas periféricas do Brasil, incorporando-as efetivamente ao processo decisório nacional.

Assim, a indagação de qual seria o melhor sistema eleitoral para um país onde o desenvolvimento constitui-se em função de fenômenos exógenos ao seu contexto, coloca-se a partir daí.

Qual seria o sistema eleitoral capaz de fornecer às pessoas oportunidade de escolher os mais aptos para representá-las e de ajudar a fornecer ao regime uma oportunidade de promover uma reconciliação com o povo e a institucionalização política?

Historicamente, os partidos políticos brasileiros não escapam de graves acusações: no plano dos princípios, a indefinição; na prática, a falta de organização em moldes democráticos, onde seria possível que as decisões tomadas retratassem as tendências das bases. Para isso, o corpo partidário teria que ser estruturado de forma atuante, nutrido da seiva popular.

As culpas recaem sobre os ombros dos dirigentes. Com alguma injustiça, não são divididas com o resto do eleitorado que, passivamente, aceitou o sistema elitista e não bateu às portas dos partidos para levar-lhes a sua opinião. As cúpulas, para compensar a ausência dos quadros partidários, montaram um sistema de organização paralela, onde os simpatizantes se vinculam aos partidos através de intermediários, aspirantes eventuais à candidaturas nas eleições.

A técnica se repete tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. Como elemento a ser consultado capaz de influenciar as decisões partidárias, a participação do eleitor é inexistente.

Não existindo compromisso e responsabilidade entre partido e eleitor, as cúpulas dirigentes apropriam-se dos destinos partidários, atuando de cima para baixo e de baixo para cima, num jogo de interesses vinculados e fechados que as tornam fortes e impedem o desenvolvimento das bases partidárias. É aí que se planta a estagnação dos partidos, incapazes de absorver e encaminhar os novos contornos de um debate que vai se tornando crescente em algumas áreas da opinião pública.

Assim, não se pode assegurar que existe representatividade. Como também não se pode garantir que a representação vigente não se pulverizará ao sabor das novas contingências ditadas pelas novas variáveis integrantes do crescimento econômico pautado em capital alienígena e interesses exógenos. O sistema eleitoral só existe de forma aparente, faltando-lhes os três requisitos básicos que, segundo Pedro Calmon,³⁰ contribuem para que a prática eleitoral corresponda à teoria: vitalidade partidária, mobilização ideológica e formação de opinião cívica.

Desprovida de tais ingredientes, a dieta política não foi das mais generosas, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. Representou sempre o quadro brasileiro de uma democracia capenga, sem independência para julgar e sem uma verdadeira representatividade.

Como resultado disso, não se gerou uma cultura política, entendida aqui como um conjunto de valores que a comunidade expressa de maneira contínua, estável e coerente, como base sólida para o sistema político.

Além de prender-se às funções básicas de manutenção e adaptação do sistema político, o conceito de cultura política tem a ver, também, com uma função relevante que emerge sobretudo nas comunidades em desenvol-

²⁸ As afirmativas constantes do depoimento do Professor Stélio Dias ao autor, enriqueceram a elaboração dessa proposição.

²⁹ SIMONSEN, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto de Oliveira. op. cit. 231.

³⁰ CALMON, Pedro. História das idéias políticas, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1952. p. 403.

vimento: o da mudança e modernização do sistema, mediante a aplicação do conceito complementar de desenvolvimento político.

A nova posição do Espírito Santo, como pólo de atração econômica, tenderá a esvaziar seu conteúdo político. Variáveis já mencionadas de forma superficial anteriormente, não se desenvolveram no tempo e a cultura política estagnou-se. Mas, se especialmente o Estado poderá sair da condição de periferia para a de pólo, presume-se que novos condicionantes políticos poderão fornecer contornos diferentes ao seu processo de transformação.

Insera-se aí a validade da implantação do voto distrital, que poderia transformar-se numa fonte de poder político, fazendo com que o Estado renascesse das cinzas políticas que ajudou a construir e firmando, por outro lado, uma liderança efetivamente local. A partir daí, se teria um processo de poder onde se reuniria as condicionantes dialéticas explicitadas por Hélio Jaguaribe: **a vigência e a validade.** Segundo esse autor, *"as forças que realmente configuram a sociedade e exprimem o regime social vigente tendem a se revestir de validade e a imprimir a seu comando, além da efetiva vigência, algo que intrinsecamente apele para sua observância, ou seja, validade. Diversamente, as formulações dotadas de validade suscitam a aspiração de que se carreguem de eficácia real, tornando compulsiva sua observância, ou seja, suscitam sua vigência."*³¹

Ainda mais, para complementar o raciocínio, Jaguaribe diz o seguinte:

"Fundam-se a ordem de vigência — considerada a questão em seu aspecto mais amplo — no favor de o grupo social, sendo como é, se impor como tal. Em outras palavras e em termos mais estritos de ciência política, no fato de que o poder é o processo pelo qual a comunidade tutela o regime social vigente e assegura, de acordo com o tal regime, a realização de seus fins. De seu lado, funda-se a ordem da validade no fato de as relações humanas só se poderem travar através da mediação da cultura. A ordem da validade é a vigência de uma cultura dada e, dentro de cada cultura, constitui a pauta de significação e de valores de todas as comunidades".³²

O que se deseja com o voto distrital é exatamente o que Hélio Jaguaribe defende: a vigência e a validade.

Finalmente, deve-se ressaltar que a problemática referente a **como** deve ser implantado o voto distrital, foge ao interesse do presente trabalho. Por enquanto, só é relevante explicitar **porque** ele deve ser implementado.

PROPOSIÇÃO III

Reavaliação dos critérios de arrecadação e alocação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, visando a equilibrar mais equitativamente os interesses dos Estados consumidores.

Analisando-se a evolução do sistema tributário nacional, ³³ verifica-se que ele evoluiu gradativamente no sentido de fortalecer financeiramente a União e de consolidar a tendência centralizadora do Estado Nacio-

nal. A Emenda Constitucional nº 18, de 01.12.65, é que deu substância às reformas efetuadas no Brasil, em termos tributários, já que as Constituições de 1967 e 1969 pouco alteraram os objetivos que a integravam.

A partir do final dos anos 60, então, a União passou a contar com a maioria dos tributos. Especificamente, estão sob a sua tutela os seguintes impostos: a) imposto sobre a importação de produtos estrangeiros; b) imposto sobre a exportação de produtos para o estrangeiro; c) imposto sobre a propriedade territorial rural; d) imposto sobre a renda; e) imposto sobre produtos industrializados (IPI); f) imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguros e títulos e valores mobiliários; g) imposto sobre serviços de transporte e comunicações; h) imposto sobre combustíveis e lubrificantes (IUCL); i) imposto sobre energia elétrica (IUEE); e, j) imposto sobre minerais.

Aos Estados, couberam os impostos sobre transmissão de bens imóveis e de operações relativas à circulação de mercadorias (ICM). Aos municípios, finalmente, atribuiu-se os impostos sobre propriedade predial e territorial urbana e sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União ou dos Estados (ISS).

As relações fiscais intergovernamentais ganham significado no Brasil, na medida em que se vem pretendendo reduzir as desigualdades regionais também através da manipulação de variáveis de finanças públicas. Em outras palavras, o sistema tributário implantado em 1966/67 pretendeu, através da utilização da sistemática de transferência de impostos aos Estados e Municípios, atingir dois grandes objetivos. Por um lado, desejou-se elevar o nível de oferta de certos serviços básicos, sem que o governo federal fosse obrigado a executar diretamente tais tarefas — aí, estão incluídos os setores de transportes, de energia elétrica, de educação e de saúde. Em segundo lugar, as transferências integram o conjunto de instrumentos utilizados para redução dos desníveis inter-regionais.

É claro que os dois aspectos podem ser conflitantes, já que a redistribuição pode implicar sacrifício do objetivo de maximização do crescimento.

O que se tem verificado, entretanto, é que o primeiro objetivo — elevação do nível de oferta de certos serviços vem sendo cumprido com relativa eficiência, enquanto que o objetivo de redistribuição está longe de ser atingido. Com efeito, Aloisio Barbosa de Araújo, Maria Helena T. Taques Horta e Cláudio Monteiro Considera ³⁴ chegaram à conclusão que, a partir da reforma tributária, acentuou-se a dependência dos Estados de mais baixo nível de renda dos recursos transferidos pelo governo fede-

31 JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. p. 69.

32 Ibid. p. 69.

33 Ver ARAÚJO, Aloisio Barbosa de; HORTA, M^a Helena T. Taques; CONSIDERA, Cláudio Monteiro. Transferências de imposto aos estados e municípios. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

34 Ibid. p. 116.

ral, reduzindo-se, inclusive, a autonomia estadual na alocação de recursos, já que a maior parte das transferências tem suas aplicações definidas *a priori* pelo próprio governo federal.

À luz dessas considerações gerais sobre o atual sistema tributário nacional, cabe buscar, pelo menos, uma pequena brecha para alterar o estado de coisas vigente. E, aí, nasce a indagação: como melhorar as posições relativas dos Estados de baixa renda?

Parece óbvio que o ideal — e relevante — seria a definição, no global, de uma espécie de **critério Robin Hood**, onde *"mais tiros seriam dados nos mais privilegiados e mais recursos seriam fornecidos aos menos privilegiados"*.³⁵ inclusive, acrescentar-se-ia o maior grau possível de autonomia no uso do tributo.

Entretanto, isso não parece factível a curto e médio prazos; implicaria em **mudanças estruturais** que poderiam ser propostas, mas que não teriam o menor compromisso com a realidade.

Se há a pretensão de que a Proposição tenha um mínimo de vínculo com a realidade, ao mesmo tempo em que se procura não incorrer no erro de remar ao lado da maré, cabe recomendar uma reavaliação nos critérios de arrecadação e alocação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), substituiu, a partir da Reforma Tributária da segunda metade dos anos 60, o chamado Imposto de Vendas e Consignações (IVC).

A diferença básica entre os dois consiste no fato de que o IVC é recebido em **cascata**, isto é, cumulativamente: a cada operação do processo mercantil, do produtor ao consumidor final, o produto é tributado, independentemente da carga fiscal que tenha suportado em fase anterior. *"Suas taxas são uniformes para todas as categorias de produtos, repetindo-se em cada operação de venda de que forem objeto e seguindo a escala crescente dos preços, desde o produtor inicial até ao consumidor"*.³⁶ já o ICM não é cumulativo: embora cobrado em cada fase do processo de circulação, em cada uma delas deduz-se para efeitos fiscais, o montante arrecadado pelo fisco nas fases anteriores; assim, cada operação suporta o ônus tributário apenas sobre o valor acrescido ao produto após a operação anterior.

Principal componente das receitas próprias dos Estados, o ICM tem causado infindáveis discussões entre os chamados **Estados Consumidores e Estados Produtores**, a partir do instante em que se chegou à conclusão de que ele beneficia os segundos em detrimento dos primeiros. Com efeito, a substituição do IVC pelo ICM acarretou profundas modificações. Sendo o ICM um imposto que incide sobre o valor adicionado, é gerado em menor escala nos Estados de baixo nível de atividades econômicas, enquanto apresenta altos índices de produtividade naqueles Estados de alto nível de renda e/ou industrializados. Como ele tem alíquotas e fatos geradores idênticos em todos os Estados, conclui-se que a carga tributária potencialmente disponível num Estado de baixa renda é muito menor do que nos de alta renda. O Espírito Santo, por exemplo, segundo dados apresentados por Carlos Antônio Rocca,³⁷ teve uma participação relativa na arrecadação do IVC de 1960 da ordem de 1,2% en-

quanto que a sua participação na arrecadação do ICM de 1968, foi da ordem de 0,6%, deflacionados os valores absolutos pelo índice de renda interna.

Para minimizar o problema da reduzida participação dos Estados consumidores no produto gerado pela arrecadação do ICM, torna-se necessário implementar a alternativa que **consiste, simplesmente, na redução substancial da alíquota de ICM a ser aplicado às operações interestaduais.**

Tomando-se as alíquotas vigentes em 1971 — 15% para operações interestaduais e 16,5% para a macrorregião sudeste — pode-se montar um exemplo hipotético para ilustrar os ganhos que tal alternativa proporcionaria aos Estados consumidores.

Na situação existente antes da implantação da alternativa, poder-se-ia ter o seguinte fluxo:

— Valor da Mercadoria no Estado Produtor:	1.000,00
— Imposto cobrado pelo Estado Produtor (15%)	150,00
	1.150,00
— Valor Adicionado no Estado Consumidor:	100,00
	1.250,00
— Imposto Cobrado pelo Estado Consumidor:	60,00
(16,5% — 15%)	1.310,00
RESUMO: — Arrecadação do Estado Produtor:	150,00
— Arrecadação do Estado Consumidor:	60,00
TOTAL:	210,00

Na situação existente após a implantação da alternativa, considerando-se, por exemplo, uma redução da alíquota a ser aplicada às operações interestaduais da ordem de 50%, ter-se-ia o seguinte fluxo, partindo-se dos mesmos dados:

— Valor da Mercadoria no Estado Produtor:	1.000,00
— Imposto Cobrado pelo Estado Produtor (7,5%):	75,00
	1.075,00
— Valor Adicionado no Estado Consumidor:	100,00
	1.175,00
— Imposto Cobrado pelo Estado Consumidor:	119,00
(16,5% — 7,5%)	1.294,00
RESUMO: — Arrecadação do Estado Produtor:	75,00
— Arrecadação do Estado Consumidor:	119,00
TOTAL:	194,00

A partir do exemplo, tem-se uma noção do caráter redistributivo da alternativa. Poder-se-ia argumentar que, a curto prazo, a solução teria efeitos negativos sobre a taxa de crescimento do país, na medida em que os Estados centrais passassem a ter menores condições para manutenção da infra e super estruturas urbanas exigidas

35 Afirmativa baseada nas observações feitas por Lélío Rodrigues, em resposta ao questionário enviado pelo autor.

36 PONTES, Hélio e DIAS, José. O sistema tributário brasileiro. In Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 29 jul. 1970. p. 115.

37 ROCCA, Carlos Antonio. O ICM e o desenvolvimento nacional. In Revista de Finanças Públicas, n. 308. mar./abr. 1972. p. 82.

por seus respectivos processos dinâmicos de industrialização. A longo prazo, entretanto, devido ao fato dos Estados consumidores e periféricos passarem a ter condições de sustentar um ritmo progressivo de industrialização, as taxas de crescimento do país como um todo seriam retomadas. E o crescimento poderia tomar contornos de **desenvolvimento**.

PROPOSIÇÃO IV

Preparação de um sistema educacional voltado para a formação e o aprimoramento de especialistas de níveis médio e superior e, principalmente, para a formação de *decision-makers*³⁸ ⁴

Das transformações que se processarão a partir dos Grandes Projetos de Impacto, a que diz respeito ao alijamento das lideranças locais e à descaracterização da identidade estadual, é a que mais chama atenção e a que mais **explicita** o processo de **desautonomia relativa**.

O Espírito Santo da área da Grande Vitória será diferente do Espírito Santo do interior. Uma identidade metropolitana carregada do **ethos** metropolitano, contra uma identidade rural, que ainda deverá preservar os antigos interesses e valores capixabas. Politicamente, haverá a justaposição de interesses, servindo-se muito mais à interesses particularistas, em detrimento do interesse do Estado enquanto espaço inserido num contexto de geopolítica de autonomia relativa.

Esse processo, decorrente da velocidade das transformações e da reversão da tendência à escassez, bloqueará uma sedimentação relevante das idéias capazes de reformar a **consciência local**. Por isso, a problemática educacional vem à tona, como forma viável para conter a alienação do trabalhador e do empresariado locais.

Caberá equacionar um sistema educacional que valorize e estimule o **conhecimento** e a visão global/estrutural em detrimento da **informação** e da visão especializante; que procure **elaborar os conhecimentos** em busca do **por que**, em detrimento do **como**; que estimule um **processo contínuo de aprendizado e minimize a tendência do ensinamento professor-aluno**.

É claro que o sistema educacional precisará formar e aperfeiçoar especialistas de níveis médio e superior, para atender à **demandas de curto prazo** dos Grandes Projetos. Esse será o lado **quantitativo** da moeda. Entretanto, deverá estar a proporção **qualitativa**, capaz de formar, a **longo prazo**, uma elite pensante apta a **participar** do processo decisório. Esse deverá ser o objetivo maior, na tentativa de minimizar o processo educacional imediatista e pragmático, voltado para o atendimento do mercado de trabalho, de uma estrutura econômica **vigente num determinado momento**.

A idéia de que a educação é uma forma de investimento é justificada pelo fato de que ela gera um fluxo de renda durante a permanência do indivíduo no mercado de trabalho.

Na verdade, o impacto da educação se processa de várias maneiras, ressaltando-se, inicialmente, que ela tor-

na o indivíduo mais produtivo e mais **capaz**. Sob tal prisma, educação é um investimento e, de certa maneira, é bom que assim a conceituem.

Mas, o grande problema que se coloca para o sistema educacional de um Estado que está prestes a atingir o estágio rostowiano da **decolagem para o desenvolvimento** é exatamente essa visão pragmática da educação. Ela é vista sob o **aspecto quantitativo**, ou sob a visão mágica dos números que devem ser atingidos para atender-se a uma **determinada estrutura**, num **determinado tempo**; o indivíduo é esquecido. O sistema educacional, então, deixa de ser um sistema, tornando-se uma peça de uma estrutura cada vez mais escravizante e portadora dos tentáculos imediatistas do fato econômico puro e simples.

É certo que o Espírito Santo necessitará de pessoal apto para o mercado de trabalho a ser instalado. É certo que deverá prover pessoal apto a participar, inclusive, do processo decisório e de formar uma elite pensante.

Entretanto, nada disso invalida pretensões de longo prazo no sentido de **se ter um sistema educacional voltado para uma cultura; partindo do regional para o nacional, num processo dialético, aberto às idéias dos outros, mas imune à penetração dessas no cerne de sua essência**.³⁹

Sobre o **transplante** de sistemas escolares, Anísio Teixeira diz o seguinte:

*"Entre as instituições sociais, sabemos que a escola, mais que qualquer outra, oferece, ao ser transplantada, o perigo de se deformar ou mesmo de perder os objetivos. A escola já é de si uma instituição artificial e incompleta, destinada apenas a suplementar a ação educativa muito mais extensa e profunda que exercem outras instituições e a própria vida. Deve, portanto, não só ajustar-se, mas inserir-se no contexto das demais instituições e do meio social e mesmo físico. A verdade é que a escola, como instituição, não pode verdadeiramente ser transplantada. Tem de ser recriada em cada cultura, mesmo quando essa cultura seja politicamente o prolongamento de uma cultura matriz".*⁴⁰

O pragmatismo proveniente da euforia desenvolvimentista já difundida no Espírito Santo, poderá gerar consequências desastrosas, a partir do momento em que o **qualitativo** — cultura e conhecimento — seja substituído pelo **quantitativo** — informação para a aplicação imediata.

O curto prazo não pode obscurecer o longo prazo. Sob esse prisma, a educação tem que se constituir na última fronteira das soluções imediatistas, para evitar que a escola venha a ser uma **agência de treinamento**, sem nenhum compromisso com a transmissão da cultura.

Isso evitará atrocidades como as que ocorrem na Europa, descritas da seguinte forma por Ortega Y Gasset:

38 Os depoimentos dos professores Stélio Dias e Arlindo Villaschi Filho ao autor, enriqueceram a proposição.

39 A afirmação é do Professor Stélio Dias.

40 TEIXEIRA, Anísio. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. In Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. n. 80. 1968. p. 63.

"El carater catastrófico de la situación presente europea se debe a que el inglés medio, el francés medio, el alemán medio son incultos, no poseen el sistema vital de ideas sobre el mundo Y el hombre correspondientes al tiempo. Ese personaje medio es el nuevo bárbaro, retrazado com respecto a su época, arcaico Y primitivo en comparación com la terrible actualidad Y fecha de sus problemas. Este nuevo bárbaro es principalmente el profesional, más sabio, pero más inculto también — el ingeniero, el médico, el abogado, el científico".⁴¹

O perigo do sistema educacional engajado aos fatos econômicos e voltado para consecução de objetivos imediatistas, é contribuir para a formação de legiões de novos bárbaros, sem terra, sem costumes, sem tradições e sem cultura, mas aptos para o sistema econômico.

A diminuição da **desautonomia relativa** tem a ver com um processo educacional integrado e voltado para objetivos de longo prazo, capaz de transformar e de criar as condições necessárias ao **desenvolvimento**, através da inquietação, da crítica, da criatividade e da participação permanentes. Através do estímulo ao **substantivo**, em detrimento do **adjetivo**.

PROPOSIÇÃO V

Estímulos à implantação de empreendimentos à jusante e à montante dos Grandes Projetos, com vista ao incremento do volume de impostos arrecadados pelo Estado.

Levando-se em conta que os Grandes Projetos não possuem o efeito multiplicador das verdadeiras indústrias motrizes, desejável para consolidar um processo de **desenvolvimento**, e que, além disso, não possibilitarão ao tesouro estadual o incremento de receitas necessário, cabe aproveitar os poucos **linkages** que eles apresentam.

Então, se os incentivos fornecidos pelos governos federal e estadual para atrair os Grandes Projetos impedirão incrementos relevantes na receita tributária do Espírito Santo, as chamadas indústrias complementares e satélites passam a constituir a possibilidade que o Estado tem para buscar um volume de receitas próprias via ICM, principalmente, compatível com o porte que o **crescimento econômico** vai assegurar-lhe.

Tendo em vista a **causação cumulativa dos Grandes Projetos**, apresentada na Figura 1, no capítulo anterior, tem-se que as oportunidades industriais configuradas à jusante e à montante desses empreendimentos são as seguintes:⁴²

1) À JUSANTE

a) Do Complexo Siderúrgico: cimento, tubos, arames, laminados, trefilados e tanques, além de diversos itens nos ramos da mecânica, química, material elétrico e material de transportes;

b) Do Complexo Pára-Químico: papel, madeira aglomerada, breu, celofane, terebentina, sacos, embalagens e pratos de melamina;

2) À MONTANTE

a) Do Complexo Siderúrgico: tubos, refratários, estruturas metálicas, mangueiras industriais, cabos elétri-

cos, eletrodos, ferro liga, cal hidratada, corpos moedores e fundições;

b) Do Complexo Pára-Químico: insumos agrícolas — cal, adubos, sacolas plásticas, equipamentos — e químicos — barrilha, soda cáustica, cloro, ácido sulfúrico.

Além dessas oportunidades, sabe-se que haverá efeitos sobre a extração mineral, sobre a agro-pecuária, sobre a silvicultura, sobre a indústria de construção civil e sobre as indústrias de bens de consumo, além dos efeitos presumíveis sobre o terciário: super-mercados, hotéis, comércio e transportes, principalmente.

Não é possível, ainda, quantificar o incremento tributário que seria propiciado pelos empreendimentos complementares e satélites, mesmo porque a maioria deles não se consolidou efetivamente.

De qualquer maneira, é fácil prever que o aporte de recursos será expressivo em relação aos quantitativos atuais, embora seja possível saber, também, que ele será inexpressivo em vista do que seria conseguido se os Grandes Projetos tivessem maior grau de integração com o aparelho produtivo local e se os governos federal e estadual não tivessem fornecido incentivos fiscais.

Mesmo com a vigência da atual sistemática de alocação dos recursos do ICM, que prejudica os Estados Consumidores, o volume de recursos é relativamente significativo.

Cabe, então, uma ação do poder público estadual no sentido de **promover** as oportunidades induzidas pelos Grandes Projetos e, principalmente, mobilizar o empresariado local para apropriar-se do que for possível.

PROPOSIÇÃO VI

Consecução de maior eficácia na atividade financiadora e acompanhadora do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo.

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo poderá constituir-se em instrumento básico para que as oportunidades de investimentos induzidas pelos Grandes Projetos sejam apropriadas principalmente pelo empresariado local.

Historicamente, o Banco não foi capaz, por si só, de estimular/promover um processo de desenvolvimento para o Espírito Santo. Sua capacidade financiadora não permitiu que ele induzisse à implantação de empreendimentos motrizes e, então, sua atuação limitou-se à pequenas e médias empresas.

Entretanto, o poder público estadual deve atentar para o fato de que, a partir de agora, o Banco pode ser utilizado para que as oportunidades induzidas pelos Grandes Projetos sejam apropriadas pelo empresariado local. Com efeito, na medida em que seu capital passou

⁴¹ ORTEGA Y GASSET, José. Mision de la universidad. Madrid, Ediciones Revista de Occidente, 1965. p. 30.

⁴² Ver RODRIGUES, Lélío. op. cit. p. 44.

de 44 para 123 milhões de cruzeiros, também a sua capacidade financiadora aumentou, já que existe uma relação indicando que o financiamento máximo que ele pode conceder é igual a 15 vezes o seu capital. Em outras palavras, se antes ele podia financiar projetos que envolvessem investimentos de até 660 milhões de cruzeiros, agora esse limite passa a ser de 1,8 bilhões de cruzeiros.

É certo que a magnitude dos investimentos envolvidos na implantação das oportunidades complementares e satélites aos Grandes Projetos, será em certos casos, superior à atual capacidade do Banco de Desenvolvimento. Mas, muitos deles, certamente, poderão ser financiados pelo próprio Banco. O que implica em dizer que o empresariado local poderá candidatar-se a uma participação efetiva no processo de crescimento assegurado pelos Grandes Projetos.

Ao lado da utilização da capacidade financiadora como instrumento de apropriação local das oportunidades induzidas, deve-se melhorar a capacidade acompanhadora do Banco. Na medida em que o Espírito Santo ainda carece da existência, tanto em termos qualitativos quanto em termos quantitativos, dos chamados empreendedores, caberá ao Banco uma responsabilidade muito grande no sentido de acompanhar o desempenho operacional das atividades por ele financiadas.

Fornecendo apoio financeiro na fase de implantação e apoio gerencial na fase de operação dos empreendimentos apropriados localmente, o Banco de Desenvolvimento contribuirá para a minimização da desautonomia relativa.

PROPOSIÇÃO VII

Implementação de certo grau de desconcentração da economia nacional, visando a não aglomeração dos investimentos nos maiores pólos do país⁴³

Ao ingressar desde 1930 no estágio de industrialização que viria a substituir gradativamente a fase primário-exportadora que caracterizou sua economia por longos anos, o Brasil marcou sua integração ao sistema capitalista ocidental, determinando, ao mesmo tempo, a ocorrência de um fenômeno próprio da dinâmica do modo de produção capitalista: a formação/consolidação dos centros e das periferias.

Consolidando espontaneamente o desenvolvimento dos chamados Centros Nacionais — o pólo localizado no eixo Rio-São Paulo, complementado pela área industrial de Minas Gerais — o capitalismo brasileiro acomodou em seu bojo a dinâmica e o conflito das relações Centro-Periferia, conformando, assim, o problema das desigualdades regionais do desenvolvimento.

Segundo François Perroux, que introduziu o conceito de pólo na literatura econômica, "o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia".⁴⁴ Assim, ao

determinar um crescimento desigual, o Brasil estaria reproduzindo relações ocorridas em outros países capitalistas, que fizeram com que Perroux, por exemplo, estudasse a problemática a fim de procurar explicações e/ou soluções convincentes.

Decorrência direta da escassez predominante na realidade de um país subdesenvolvido, o desnível regional vem preocupando as autoridades brasileiras desde o início dos anos 50, quando se começou a formular políticas públicas voltadas para a minimização dos problemas do Nordeste.

Daf em diante, verifica-se que os planos e programas regionais passam a integrar a realidade brasileira e que, sucessivamente, vai-se procurando atenuar as desigualdades regionais.

Até o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), a idéia vigente e a ação determinada davam conta de que era necessário diminuir a defasagem entre o Centro e a Periferia, na pretensão de que ao longo do tempo as desigualdades seriam pelo menos atenuadas. Acontece, entretanto, que as políticas vigentes levaram a um incremento do ~~bloco~~ com um todo, onde se atenuou o problema da Periferia, sem deixar de consolidar/fortalecer o Centro. Em outras palavras, permaneceram os problemas das desigualdades, já que as áreas-problemas ficaram menos pobres mas os pólos continuaram se desenvolvendo a taxas relevantes. Relativamente, permaneceu a defasagem.

Com o II PND, as circunstâncias modificam-se e a filosofia de planejamento sofre alguns reparos, ao sabor da conjuntura dos anos 70. Agora, há um dado novo a ser incorporado. O super fortalecimento dos pólos, verificado a partir das implicações práticas da filosofia e da ação vigentes até o II PND, determinou a conformação de graves problemas urbanos que estão a ameaçar a qualidade de vida no eixo Rio-São Paulo e a determinar que se tomem medidas que procurem viabilizar o desaceleração das taxas do Centro. O problema, então, passa a consistir em oferecer condições para que a Periferia cresça mais do que o Centro e para que se possa consolidar pólos alternativos de desenvolvimento.

43 O professor Arlindo Villaschi Filho contribuiu decisivamente com seu depoimento ao autor, para a elaboração dessa proposição.

44 PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In FAISSOL, Speridião, org. Urbanização e regionalização. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. p. 100.

Essa é a nova filosofia embutida no II PND, norteadora da nova postura que se esboça e se implanta no Brasil.⁴⁵ **A variável espaço é incorporada ao planejamento**, como instrumento mais eficaz para identificação da magnitude de diversidade do potencial e dos problemas regionais, para maximização do uso dos recursos financeiros e para formulação de meios para a concretização dos objetivos nacionais e estaduais.

Assim, começa a fazer sentido, por exemplo, a análise desenvolvida por J. R. Lasuen, que diz que "enquanto os primeiros estágios de desenvolvimento econômico devem gerar pontos de crescimento, devido à falta de empresariado fora desses centros, o desenvolvimento nos países adiantados está se tornando menos polarizado. Isto é causado pela estrutura cada vez mais diversificada dos negócios que ocasionam uma vasta dispersão espacial de inovações e de desenvolvimento econômico. Segue-se daí que os países em desenvolvimento podem acelerar seu crescimento através da criação de estruturas diversificadas de empresas que reduzam às exigências de uma estratégia polarizada".⁴⁶

Passa a ser não só **desejável**, como também **possível**, a implementação de certo grau de desconcentração da economia nacional, visando a não aglomeração dos investimentos nos maiores pólos do país.

Isso será factível a partir da formulação/implementação de uma **política de descentralização concentrada**, a única que poderá compatibilizar os objetivos que buscam a eficiência com os objetivos que buscam a equidade.

A concentração espacial de população e de atividades econômico-administrativas, que caracteriza o sistema urbano brasileiro, reflete a adoção, no passado, de políticas que procuravam a eficiência, através de um desenvolvimento econômico desequilibrado. Implantaram-se as indústrias motrizes nas regiões que forneciam maiores retornos de investimentos. Consequentemente, originaram-se as relações do tipo Centro-Periferia que, embora eficientes enquanto maximizadoras do Produto Interno Bruto, nada tinham de equitativas.

Realmente, a minimização do conflito eficiência versus equidade, não é fácil. A atividade industrial, que atua na maioria dos casos como mola propulsora do crescimento econômico, implica, quase sempre, em concentração espacial, para que se aproveite das chamadas **economias de aglomeração**. A concentração das atividades econômicas em poucas áreas, resulta em altos custos sociais, especialmente no que diz respeito aos problemas da habitação, dos transportes urbanos e do meio ambiente.

Segundo Maurício de Almeida Abreu,⁴⁷ a política de descentralização concentrada objetiva a consecução dos objetivos de eficiência e de equidade, compatibilizando-os através de uma reorientação de investimentos econômicos e administrativos para certas áreas selecionadas, que já ofereçam ou venham a oferecer um mínimo de condições básicas para um desenvolvimento auto-sustentado. Assim, pode-se evitar, de um lado, a descentralização indiscriminada e, de outro, a concentração excessiva, buscando um sistema urbano-regional mais bem distribuído espacialmente.

Sabendo-se que a atual política federal de consolidação das cidades de porte médio, traz em seu bojo os pré-

requisitos de uma política de descentralização concentrada, e, além do mais, tem-se que a Proposição aqui formulada e detalhada já começou a ser implementada. Resta ter a consciência de que a mera implantação de atividades industriais não implica, por si só, na formação de **pólos secundários** de desenvolvimento. O conceito de pólo está intimamente ligado à implantação de **indústrias motrizes** e dos **linkages** que elas acarretam. Portanto, se o Espírito Santo não receber tais indústrias motrizes, se transformará numa **Localidade Central** e, não, em pólo secundário de desenvolvimento.

Em resumo, a monografia pretendeu mostrar que há um processo de **desautonomia relativa** em curso e que essa tendência pode ser minimizada através da implantação das sete proposições que foram listadas e detalhadas. Só assim o Espírito Santo poderá ter condições para encontrar brechas que permitam a renegociação de sua dependência, a minimização das relações Centro-Periferia e a colocação em novos termos das relações intergovernamentais.

45 Ressalte-se que a factibilidade da Proposição I, da presente monografia, tem a ver, também, com o êxito dessa nossa postura.

46 LASUEN, J. R. A. respeito dos pólos de crescimento. In FAISSOL, Speridião, org. Urbanização e regionalização. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. p. 113.

47 ABREU, Maurício de Almeida. A regionalização: um enfoque teórico. In Seminário sobre experiência de regionalização. Rio de Janeiro, IBAM, 1976.

BIBLIOGRAFIA

* Nota do Editor: Embora a **Revista da Fundação Jones dos Santos Neves** tenha publicado apenas duas partes da monografia, a Bibliografia utilizada está reproduzida na íntegra.

ABREU, Maurício de Almeida. **A regionalização: um enfoque teórico**. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro, Outubro/1976. Seminário sobre experiências de regionalização.

ALVES DE OLIVEIRA, Gersina. **A burocracia weberiana e a administração federal brasileira**. *Revista Brasileira de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 2 (4) jul./dez. 1970.

BARBOSA DE ARAÚJO, Aloísio, et alii. **Transferência de impostos aos Estados e Municípios**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

BERNARDES, Nilo, org. **O Espírito Santo no quadro macroregional brasileiro**. Rio de Janeiro, União Geográfica Internacional, 1971. Colóquio sobre desigualdades regionais do desenvolvimento.

BONAVIDES, Paulo. **O planejamento e os organismos regionais como preparação a um federalismo de regiões**. *Revista de Direito Administrativo* Abr./jun. 1971.

..... . **Do velho ao novo federalismo**. *Revista de Direito Público e Ciência Política*. 2 (5) maio/ago. 1962.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Tecnoburocracia e contestação**. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.

CALMON, Pedro. **História de idéias políticas**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos Editora, 1952.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

..... . **Autoritarismo e democratização: o contexto da sociedade civil**. In. **São Paulo 1975 — crescimento e pobreza**. São Paulo, Edições Loyola, 1976. Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

CINTRA, Antônio Octávio. **A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o Centro e a Periferia**. In. BÁLAN, Jorge, org. **Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

DERENZI, Luiz Serafin. **Da proclamação da república aos anos 50**. In. **As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1975.

DIAS LOPES, Cristiano. **Desafio & Resposta**. Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 1971.

DUVERGER, Maurice. **As Modernas Tecnodemocracias**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

ESPÍRITO SANTO. Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo. **Programa de Consolidação do Pólo de Vitória**. Vitória, 1974.

..... **Três Anos de Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo**. Vitória, 1970.

..... **Plano de Ação — 1975/1979**. Vitória, 1975.

ESPÍRITO SANTO. Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo. **Atividades dinâmicas para recuperação econômica do Espírito Santo**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1972.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. **Diagnóstico e Perspectiva da Economia do Espírito Santo**. Vitória, 1975.

FAGUNDES, M. Seabra. Novas perspectivas do federalismo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**. Jan./mar. 1970.

FURTADO, Celso. O capitalismo pós-nacional. **Cadernos de Opinião**. 1, 1975.

GALBRAITH, John K. **O Novo Estado Industrial**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.

GERHARDT SANTOS, Arthur Carlos. Recursos externos: as reivindicações se tornaram realidade. In. **As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1975.

HILHORST, Jos. **Planejamento Regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1972.

LASUEN, J. R. A respeito de Pólos de Crescimento. In. FAISSOL, Speri-dião, org. **Urbanização e Regionalização**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1975.

LOMANTO JR., Antônio. O futuro dos governos locais. **Revista de Administração Municipal**. 110, 1972.

MARGARINOS TORRES Fº, Arthur E. **O Espírito Santo e seu Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello Editora, 1913.

MARTINS, Carlos Estevam. **Tecnocracia e Capitalismo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1974.

MARTINS, Luciano. **Nação e Corporação Multinacional**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.

NAVARRO DE BRITO, Luiz. O federalismo na Constituição de 1967. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. 28, jan. 1970.

..... Um estudo sobre a federação brasileira. **Revista de Direito Público e Ciência Política**. 3 (7) dez. 1964.

ORTEGA Y GASSET, José **Misión de la Universidad**. Madrid, Ediciones Revista de Occidente, 1965.

PAES DE BARROS, Silvio Fernando. A queda de dogmas, separação de poderes-Federalismo. **Revista de Ciência Política**. out./dez. 1969.

PRADO JR., Caio. **Formação Histórica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.

PEDREIRA, Fernando. **Brasil: Política**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1975.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Crescimento e Atraso Relativo da Economia do Espírito Santo – 1950/1968**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1970.

PERROUX, François. O conceito de pólo de desenvolvimento. In. FAISSOL Speredião, org. **Urbanização e Regionalização**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1975.

PETAK, W. J. O federalismo criativo e as relações intergovernamentais. **Revista de Administração Municipal**. 108, 1972.

PONTES, Hélio e DIAS, José Maria. O sistema tributário brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. 29, jul. 1970.

ROCCA, Carlos Antonio. O ICM e o desenvolvimento nacional. **Revista de Finanças Públicas**. 308 mar./abr. 1972.

RODRIGUES, Lélío. **Perspectivas de Modernização da Agricultura do Estado do Espírito Santo**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1971.

..... **Perspectivas de Desenvolvimento Integrado do Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos Grandes Projetos**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1973.

..... A década de 60. In. **As etapas do processo histórico de desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo**. Vitória, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, 1975.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.

SCHWARTZMAN, Simon. Desenvolvimento econômico e política patrimonial. **DADOS**. 10.

..... Um enfoque teórico do regionalismo político. In. BÁLÁN, Jorge, org. **Centro-Periferia no Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

SIMONSEN, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto. **A Nova Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974.

TEIXEIRA, Anísio. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. **Revista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. 80, 1968.

TEIXEIRA DE OLIVEIRA, José. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória, Governo do Estado do Espírito Santo, 1951.

ULHÔA CINTRA, Miguel G. A representação por distritos eleitorais, **Revista de Ciência Política**, nº esp. (18) abr. 1975.

WILHEIN, Jorge. **O Substantivo e o Adjetivo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

VIEIRA, R. A. Amaral. **Intervencionismo e Autoritarismo no Brasil**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1975.

Espírito Santo: A industrialização como fator de desautonomia relativa*

Antônio Carlos de Medeiros **

Nota do Editor:

A REVISTA DA FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES publica aqui apenas a "Introdução" e as "Conclusões e Proposições" desta monografia. Além destas duas partes, ela tem ainda três capítulos. Um trata das relações do Espírito Santo com os centros nacionais e internacionais, outro descreve a formação histórica do Estado e, finalmente, o último analisa o impacto provável dos Grandes Projetos na estrutura econômica, social e política capixaba.

Segundo o "Resumo" feito pelo autor para o texto original, a monografia é uma análise histórico-dialética, de 1535 a 1976, procurando mostrar como o Estado do Espírito Santo formou-se e consolidou-se como região periférica e subdesenvolvida e como ele se integraria agora ao capitalismo nacional, a partir da implantação, em seu território, de alguns projetos industriais de vulto — os chamados Grandes Projetos de Impacto.

Na medida em que a implantação destes Grandes Projetos poderia reforçar o potencial de ingerência do Governo Federal na esfera estadual, além de trazer para a arena um novo foco de poder, o das corporações estrangeiras envolvidas, contribuir-se-ia para a

marginalização dos poderes público e privado capixabas e o Espírito Santo correria o risco de perder sua já reduzida autonomia. Assim, seria configurado um processo iminente de marginalização estadual, tratado na monografia como processo de desautonomia relativa.

A partir da configuração da iminência do processo de desautonomia relativa, a monografia passa a buscar proposições implementáveis para assegurar a subsistência do Estado em níveis compatíveis com as tendências unitaristas do Estado Nacional e com as tendências oligopolistas e expansionistas do sistema capitalista contemporâneo. Sem fazer a apologia da reversão da tendência "centro-periferia", que é um fenômeno integrante da dinâmica própria do modo de produção capitalista, procura-se, então, melhores padrões de integração para uma região periférica — o Estado do Espírito Santo — indicando algumas proposições que podem levá-lo a renegociar sua dependência de maneira mais igualitária, minimizando a desautonomia relativa.

(E.A.)

* Título da Monografia apresentada pelo autor à Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública. A monografia foi aprovada em 17.06.77.

** Técnico da Fundação Jones dos Santos Neves e Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

Marcel Duchamp, o título como parte e representação*

Cláudio Bueno Rocha **

Em 1923 Marcel Duchamp definitivamente deixou de fazer "arte" e foi jogar xadrez e fazer cálculos para um método infalível de ganhar na roleta.

Tinha 36 anos e durante 8 (o mesmo tempo que levou Joyce para fazer o *Ulisses*) trabalhou em sua criação — "La Mariée mise à nu par ses Célibataires, môme" — e, como Joyce, deixou meio escondida uma série de notas que esclarecem detalhes da obra numa certa caixa verde. São notas incompletas, que, às vezes, trazem mais complicações que soluções, exatamente como as indicações de Joyce para *Ulisses*. Essa Caixa Verde, como analisa Otávio Paz, não é uma bela descrição da "Mariée . . ." mas um quebra-cabeças, sinos dispersos que se deveria agrupar e decifrar. "A Mariée . . ." e a Caixa Verde constituem um sistema de espelhos, que intercambiam reflexos tentando refletir e por vezes iluminar o outro.

É difícil escapar de uma linguagem um pouco misteriosa a respeito de Duchamp, como a respeito de um poeta como Mallarmé, pois a essência de suas criações é, exatamente, o mistério. Mas qualquer ensaio honesto deve ser feito para ser entendido e, então, como num caso policial, se não pudermos dar de saída o nome do criminoso, tentemos pelo menos dar as pistas que nos pareçam melhores.

Uma coisa é certa porém: o mistério permanecerá. O ensaio não será inútil porque obras como a de

Duchamp provocam exatamente esse tipo de reação — redescobertas, uma espécie de divertimento lúdico da qual participam algumas pessoas, ou escrevendo, como é o caso de Paz, Robert Lebel, Breton, Michel Carrouges: ou somente meditando.

Há várias maneiras de ser tocado por Marcel Duchamp. Abro um parêntese em virtude da utilização de certos termos. "Tocado", aqui, não tem nenhuma conotação além do racional, é apenas uma maneira de dizer "que há várias maneiras de a obra atrair atenção". A que me interessa mais de perto é o título.

Algumas pessoas desavisadas poderão se surpreender que uma obra considerada "plástica" leve alguém a considerar o seu título como algo fundamental, como se a *Venus de Botticelli*, pudesse ser bem avaliada só por esse ângulo.

Ocorre que em Marcel Duchamp se coloca definitivamente a questão da crítica e seus malogrados limites no século XX. Desde os impressionistas a situação confusa da crítica de "arte" tem transparecido com mais evidência ainda do que em relação à estética da literatura, pois em que pesem os movimentos de vanguarda mais radicais do nosso século, a literatura foi sustentada, e ainda o é, por um processo imutável de informação, através de uma semântica muito menos radical do que se tem imaginado, ou tentado.

Certo: há livros incompreensí-

veis, ou textos incompreensíveis. Mas não passam disso, livros incompreensíveis ou textos incompreensíveis, e apenas de um certo ângulo; ou porque as frases não fazem sentido, ou porque as palavras são desconhecidas. Mas continuam se desenvolvendo na mesma maneira que um livro da *Idade Média* ou da *Renascença*. Os celtas também escreviam poemas incompreensíveis, mas eram respeitados por seus concidadãos porque esses aceitavam que não é através da compreensão comum que se chega à poesia. Para haver comunicação não precisa haver compreensão no sentido vulgar do termo. A poesia só é comunicável no seu maior esplendor, utilizando uma pluralidade semiótica (o termo é inevitável) de sons, luzes e ambigüidades semânticas. Toda compreensão poética é ambígua, e polêmica e o romance se

* Ensaio literário encontrado entre os pertences de Cláudio Bueno Rocha em sua mesa de trabalho na Fundação Jones dos Santos Neves, onde era assessor técnico.

** Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de julho de 1977. Era jornalista, tendo atuado no *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Diário Carioca*, *O Diário*, *A Tribuna*, *A Gazeta*, revista *Senhor*, criador das revistas *Agora* e *Revista da Fundação Jones dos Santos Neves*. Era também crítico de teatro, literatura e cinema.

distingue da poesia por sua tentativa de fuga à ambiguidade, pela sua busca de linguagem do cotidiano, que é uma linguagem que tem (ou procura ter) 2 diferenças da poesia: continuidade; e a não ambiguidade. A poesia deve ser, além de ambígua, descontínua, e quem inventou o corte temporal da narração poemática não foram os modernos, mas Homero.

Mesmo uma poesia simples como a de cordel é ambígua, pois trata de uma suposta verdade, contada como se o fosse com ilações as mais "subversivas" do ponto de vista narrativo. A necessidade da rima e da métrica fazem da poesia de cordel ou da poesia de salão, complexa, descontínua e com um descompromisso com o racional. E esse processo — o racional — tem sido a base do romance e da prosa mesmo nos romances que tentam ser irracionais, pois, mesmo aí, o seu problema básico é a razão. Quando Marcel Duchamp tituló sua obra — "La Mariée mise à nu par ses Celibataires, mème" — criou o seu primeiro problema, sua primeira ambiguidade, sua descontinuidade, seu descompromisso com a racionalidade (ainda que esse fosse um compromisso que gostaria de cumprir).

O que quer dizer essa obra, também chamada "O Grande Vidro?". É uma caixa de vidro dupla, de 2 metros e 70 centímetros de altura e 1 metro e 70 de largura, pintada a óleo e dividida horizontalmente por um fio de chumbo. Na parte superior está a "Mariée" e uma nuvem de cor cinzenta, denominada Via Láctea, que é dividida em 3 tabuleiros que parecem também telas de televisão. Segundo o autor, são "o mistério original, a causa das causas, uma trindade de caixas vazias. "A Mariée é, segundo o próprio Duchamp, uma máquina agrícola. Tem a aparência de um motor. Duchamp informa que é uma sombra de 2 dimensões, de algo de 3 dimensões. À direita está o que chama de "vigilante ou maquinista vigilante".

Na parte inferior do Grande Vidro estão os 9 "Celibataires" — "como que envoltos num espelho que lhes envia sua própria complexidade até aluciná-los", à direita dos 9 há um carrinho de patins — Corredeira, que aloja um moinho de água, seu propulsor. Um mecanismo faria

cair garrafas no Moinho que animaria a Corredeira com um movimento de vai-e-vem onde sse recitaria interminavelmente: "Vida Lenta. Círculo Vicioso. Onanismo. Horizontal, Saco da Vida". Há depois cubos que se estendem aos "celibataires" por um sistema de tubos capilares. Os cones dos cubos se ligam a um Moinho de chocolate e abrem e fecham tesouras. O Moinho de chocolate ocupa a parte central do Vidro inferior. Do lado direito está o que Duchamp chama de "Testemunhas oculares": figuras geométricas que lembram um tratado de ótica. São as testemunhas do que pode acontecer, desde milagres até o voyeur da pornografia.

Duchamp dá com alguma precisão, como deveria funcionar o Grande Vidro: a "Mariée" envia aos "celibataires" uma ordem magnética ou elétrica por meio de inscrição superior (Via Láctea). Despertados, eles se inflam e desprendem um gás que depois de várias peripécias passa pelos cones dos cubos-peneiras, no momento mesmo em que a moedeira recitaria sua ladainha. O gás, fluidificado, chega às tesouras que, ao fechar-se e abrir-se dispersam alguns e outros furam o vidro e sobem. Nesse momento (imaginariamente) a "Mariée" se despe. A origem de todo esse movimento erótico — mecânico é um dos órgãos da virgem: o motor-desejo. Duchamp dá muita atenção a essa passagem e esclarece que o motor-desejo está constituído por um refrigerador a água. Ele expressa que a "Mariée", longe de ser fria e sem sensualidade, recusa brandamente (mas não castamente) o inopinado oferecimento das "celibataires".

A operação chegaria ao fim quando a "Mariée" finalmente nua, experimenta uma tríplice sensação de distensão e gozo: a primeira material — por ser desnudada — a segunda imaginária e a terceira, que engloba as duas primeiras: a realidade erótico-mecânica e a mental.

O que se carrega de mito neste quadro daria para vários ensaios, e, talvez, o mais brilhante seja de Otávio Paz, de onde tirei a descrição do quadro. Mas voltemos à primeira inicial — título da peça.

"La Mariée" — é uma tradução difícil, pois ela deve ser uma virgem, ao mesmo tempo ser casada e, nós sabemos, (pois Duchamp contou)

que ela teve um processo de integração com os "celibataires". Se traduzimos por "noiva" o termo em português é complexo pois ela é noiva até a cerimônia, depois é a "casada". Em francês, noiva é fiancée. De fato a "Mariée" de Duchamp é uma fiancée-mariée, pois está pronta a receber os "celibataires" (os seus celibataires). A transação está de fato na relação entre essas duas palavras — mariée — e — ses celibataires. Se a primeira indica uma condição de realização — mariée — a segunda mantém a impotência dos — celibataires — que tentam conquistar a noiva mas não chegam a consumir seu intento.

Como Duchamp declarou em 1923 que o quadro estava "definitivamente inacabado", talvez essa impossibilidade de consumir. A Mariée, ou a máquina agrícola, está pronta a receber seus pretendentes, mas esses não têm capacidade de realizar a operação. A Mariée não recusa, mas não consegue a comunicação fundamental com os celibatários. Só resta aos celibatários fazer girar o moinho e ler através dos monótonos ditos vindos da corredeira: "Vida lenta, onanismo, etc." palavras que são bastante aplicáveis aos celibatários.

O título é um símbolo todo de impotência. A casada o é, mas não ultrapassou sua condição virginal, os celibatários são impotentes para atingi-la, ela se despe quase por si mesma, ou melhor mecanicamente, e, aos celibatários resta colocarem-se como voyeurs. A derradeira palavra do título — mème, é de uma total ambiguidade. Se acreditarmos em Racine e em Littré, mème basicamente quer dizer "mesmo", e teríamos a seguinte tradução: "A Casada posta em nudez por seus celibatários, mesmo". Mème aí, seria um reforço de toda a frase, (um adjetivo) algo que ocorria no século XVII, porém com a ordem trocada como se faz em português, ou seja: mème teria sido colocado para não deixar dúvidas. Mas, ao que tudo indica a frase se complica fundamentalmente ali. Esse "mème" está carregado de dúvida. Só ele poderia explicar a frase de 1923: "A obra está definitivamente inacabada". Se mème tivesse o significado de "mesmo", de um reforço a obra estaria terminada. Mas não está, não pode estar, pois sua solução é exatamente a inconclusão.

Même se transforma, deixa de ser um adjetivo para ser um advérbio: — “entretanto” seria o mais indicado. E a tradução de “La Mariée à nu par ses Celibataires, même” — deve ser: “A casada, posta em nudez por seus Celibatários: entretanto”.

Com o título abre-se a primeira porta para contemplar o Grande Vidro de Marcel Duchamp. Uma obra que nos informa, mais do que qualquer outra do nosso século — mesmo de Picasso —, que há mudanças radi-

cais num mundo que fez até agora um resumo estético de sua história através de algo chamado arte. Duchamp não está dentro de qualquer padrão conhecido de formulação artística. E ele está certo quando, em 1923, deixava claro que não tratava mais desse assunto. De fato não o fazia desde 1912/13, com os ready-made, dos quais os mais impressionantes foram o urinol e o L.H.O.O.Q. (letras que lidas em francês dão a seguinte tradução: elle a chaud au cul)

uma Mona Lisa de bigodes e barba e a sua busca do mecânico. A era da mecânica, da cibernética, já encontrava aí seu captador.

Marcel Duchamp foi um pioneiro tão expressivo que é preciso reescrever o processo estético se quisermos atingir sua mensagem. E nós estamos muito longe de atingir isso, quando a maioria dos locais que tratam desse assunto chamam-se grotescamente.

“Escolas de Belas-Artes”.

DOCUMENTO

O homem e a massificação *

Cláudio Bueno Rocha **

O termo é criado no final do século XVIII por Antoine de Tracy — para ele é “a ciência das idéias” baseado na filosofia francesa da época: — “Se o conhecimento se realiza através de idéias, a ciência fundamental deverá ser a ciência das idéias”.

Helvetius, antes de Marx, afirma — “nossas idéias são as consequências necessárias das sociedades em que vivemos”.

D’Holbach afirma “o problema filosófico é político porque os preconceitos só podem ser desmascarados e vencidos pela verdade, e a verdade só pode ser descoberta e comunicada quando há liberdade”.

Para Marx a *weltanschauung* (visão do mundo) não pode ser compreendida senão como produto e reflexo de uma sociedade e de uma época e, particularmente dos grupos sociais reais. São os interesses, a atividade e o papel histórico desses grupos ou classes sociais que a ideologia expressa. Não os expressa como conhecimento verdadeiro, mas como racionalização seja, ao mesmo tempo que os expres-

sa, exprime-os parcialmente, deforma-os ou obscurece-os. Sua função não é neutra. Legítima, justifica e dessa forma contribui para a manutenção da ordem social existente ou, no caso de ideologias críticas contribui para a sua mudança.

Clifford Geertz: marxismo teoria dos interesses — a ideologia é uma máscara e uma arma — não-marxistas “teoria das tensões a ideologia é um sintoma e um remédio. Na primeira os homens lutam pelo poder; na segunda fogem à ansiedade”.

A sociedade se organiza por significados. Eles orientam e desorientam ao mesmo tempo porque muitas vezes divergem. A medida dessa orientação e dessa desorientação são os vetores da organização política e econômica existentes.

LIBERDADE

A visão do mundo que caracterizou a formação da burguesia, desde o século XI/XII (as cruzadas) até o século XVIII, revolução industrial e afirmação do capitalismo era a visão de liberdade e liberalismo. A conse-

quência dessa visão do mundo foi a tomada do poder pela burguesia.

A burguesia europeia atuou, por conveniência mais de uma vez, contrariando os princípios da liberdade: por exemplo na época do — absolutismo — Mas isso correspondia a passagens necessárias históricas na luta contra o feudalismo. Depois da liberdade o segundo elemento que era um dos apanágios da burguesia era — O INDIVIDUALISMO, que nada mais é do que a liberdade levada ao extremo, pois o indivíduo é o homem liberado de todos os vínculos e limitado unicamente pela obrigação de respeitar a liberdade de seus semelhantes, em terceiro lugar há a IGUALDADE JURÍDICA, pois onde há privilégios o homem não é livre.

* Roteiro de uma palestra proferida no Curso de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, em 1976.

** Cláudio Bueno Rocha (1930-1977).

Kant foi o filósofo que sintetizou o pensamento burguês no final do século XVIII e que definiu claramente o sentido de liberdade e de individualidade.

Ocorre que ele achava que o mundo burguês assumindo o poder iria praticar aquele tipo de — ideologia — liberdade, liberdade individual e igualdade jurídica. Ocorre que ao tomar o poder a burguesia que tinha criado a declaração dos direitos do homem, que tinha inspirado a revolução americana e a revolução francesa modificou a sua estrutura em nome da conservação do poder e baseando sua atuação nos interesses das classes dominantes (a alta burguesia) começou a cercear a liberdade, a liberdade individual e manter privilégios jurídicos.

Isso é acusado pela primeira vez por Hegel, que faz a crítica dialética dessa sociedade já no século XIX, em pleno romantismo, que foi uma forma literária de deplorar os ideais perdidos da revolução francesa e da burguesia um primeiro processo existencial. Marx aceita os conceitos de Kant, a crítica dialética de Hegel e constrói uma filosofia da reação àquela sociedade que traía os seus ideais. Kant demonstrou quais eram os ideais do homem. Mas não previu que eles se transformassem. Sua filosofia é estática — o mundo é o que é. Com Hegel há a constatação e com Marx a tentativa de modificar o mundo, mudando o processo de liderança, da burguesia para o proletariado.

A contradição do mundo moderno é que as definições dos termos básicos — liberdade, liberdade individual, igualdade jurídica — continuam mas esses termos em sua acepção pura contrariam as necessidades de poder. Em razão disso surgem duas atitudes que não só apenas da burguesia ocidental mas também do socialismo soviético e chinês. Em primeiro lugar o termo liberdade é reinterpretado, em segundo lugar a liberdade individual é contradita em nome de um coletivismo que é fundamental para manter a ordem e a organização no mundo socialista e manter o processo de industrialização massificante que atende aos interesses da burguesia industrial ocidental. Para isso o socialismo acena com certas dádivas ao proletariado que as

não conseguiria num mundo burguês. O mundo burguês para evitar ter de redefinir as palavras liberdade, individualismo e igualdade jurídica, usa de toda a tecnologia possível para uma massificação que leve à alienação e à crença na ideologia burguesa. O indivíduo é, não só levado a não pensar em si, mas a pensar num mundo ideal que não existe mas que ele é levado, pelas máquinas tecnológicas, a pensar que existe. Assim são revistos todos os relacionamentos:

A FAMÍLIA —
A POLÍTICA
O PRAZER
O SEXO
A EDUCAÇÃO

O homem perde a sua individualidade na família. Perde a sua liberdade na política pois ele só pode politizar abertamente se se opor a detalhes do processo burguês não à sua ideologia. O homem passa a ser um ser tecnológico no momento em que lhe escapam, cada vez mais as possibilidades de ter prazer. Os seus prazeres são cada vez mais condicionados — o prazer de comer é substituído por fórmulas de solução tecnológica (pílulas, vitaminas) ou pelo próprio processo industrial que leva o homem a fazer relações públicas no almoço. A maioria das comidas é industrializada. O prazer é levado a ser uma fórmula de obter vantagens. Os prazeres são programados pelos jornais, revistas, televisão. E quanto mais o homem puder ficar diante de máquinas, melhor, a máquina o imobiliza e o retira do contato com a natureza, local onde ele realmente se recompõe e onde está a verdade do universo.

O sexo é cada vez mais programado como um componente também do mundo tecnológico. Uma sociedade permissiva e, ao mesmo tempo repressiva, faz do sexo uma crise da juventude e um conflito na maturidade. As pílulas ensinam que não há problema de fazer sexo do ponto de vista social (filhos, etc.), mas ao mesmo tempo a sociedade burguesa mantém por conveniência uma moral que impede uma libertação sexual temendo que essa libertação influencie a instituição do casamento e imediatamente a família que constitui o núcleo básico da sociedade. Assim, enquanto a própria tecnologia atua de

maneira a possibilitar um maior relacionamento sexual, através da técnica, das revistas, de uma própria reação à controvertida moral burguesa — que se contradiz num mar de divórcios e desquites. Mas o grande problema do sexo é que ele, na maioria das vezes, não é um componente de prazer, mas uma reação, uma atitude quantitativa e não qualitativa. As pessoas geralmente têm intimidade com o sexo de maneira desastrada e pouco gratificante. Ficando entre dois pólos, ou entre uma desenfreada luxúria ou numa repressão que leva à neurose e a crises existenciais.

A EDUCAÇÃO — a educação é sempre o reflexo da ideologia dominante. As pessoas não vão para a escola para aprenderem a ser livres. Nenhuma técnica pedagógica tem sido capaz de encaminhar-se nessa direção. As pessoas vão para a escola aprender a conduzir-se na sociedade que os educa. As pessoas numa sociedade burguesa tecnológica precisam adaptar-se ao mundo criado por essa sociedade. Evidentemente eles não podem ser criados para contestá-la. As pessoas devem ser médicos, engenheiros, economistas, professores dentro da ideologia em que foram criados. Espera-se deles que eles repitam essa ideologia.

Onde eles aprendem essa ideologia: na escola, na família, através dos meios de divulgação, especialmente televisão, cinema, teatro, rádio, música/disco.

Além disso, fora da pressão massificante da nossa própria sociedade num país do Terceiro Mundo sofre-se a pressão massificante dos países dominantes e que são os líderes dessa ideologia que seguimos. Eles nos enviam seus discos, seus programas de televisão e, com isso, fazem do presente, o ideal tecnológico; apagam cada vez mais o nosso passado onde poderia haver contradições muito fortes diante do que se pensa hoje de liberdade, individualismo e igualdade jurídica.

Os países dominantes exportam para o Terceiro Mundo, através dos discos, enlatados de tv, filmes, etc., um código de mensagens que é facilmente apreendido e nesse código está a ideologia da sociedade industrial com seus próprios conceitos de liberdade, individualismo e igualdade jurídica. Como as discrepâncias de desen-

volvimento são grandes as adaptações são feitas, mas o básico da mensagem é recolhida: a alienação em nome de uma sociedade que vai nos dar a felicidade, a fé em que não precisamos nos preocupar nem pensar, a classe dominante pensará por nós ela escolherá o que devemos vestir, o que de-

vemos ler, o que devemos ouvir, onde devemos morar e como. Apaga-se assim a memória, cai-se num mundo vazio, mas onde nos é prometido que não teremos temores existenciais nem crises econômicas. Devemos ficar seguros pois tudo foi lembrado e codificado. Se tivermos sorte, pode-

remos ter as grandes vantagens que a sociedade de consumo oferece, excelente vitrola, excelente carro, uma lancha, dinheiro, mulheres, boas bebidas que já estarão escolhidas para nós, boas roupas, bons sapatos, bons empregos. Tudo estará aberto na sociedade que aceitarmos sem discutir.

DOCUMENTO

A Epistemologia em relação à Economia: de Platão ao Liberalismo*

Cláudio Bueno Rocha **

Platão — é o primeiro a falar em divisão do trabalho e moeda.

Aristóteles — o problema ético. Reação ao juro. Sem distribuição justa das riquezas não pode haver bem-estar. Primeira abordagem sistemática da economia.

Escolástica — Segue Aristóteles em tese, mas admite uma divisão econômica através de classes. Cada um deve ganhar dentro de seus padrões. Contra a usura e o monopólio, mas aceitava a premissa da oferta e da procura o que dava condições de riqueza individual. Com a aquisição pela Igreja de grandes terras e bens passam a aceitar a tese dos juros. Pregam a resignação do pobre pois teria mais chances junto a Deus.

FEUDALISMO — A posição feudalista. A tese epistemológica do feudalismo. O mundo é estático, a visão dos homens está restrita ao feudo. Sistema de parceria no trabalho. A terra pertence ao senhor feudal.

NACIONALISMO — A terra ainda pertence ao senhor feudal mas ele agora deve obediência ao Rei, que é

o senhor de todos os feudos, que, unidos formam a Nação. Surgem a França e a Inglaterra, etc.

MERCANTILISMO — Com o nacionalismo e o surgimento de países, as nações passam a ser o grande padrão das teses econômicas. A consciência epistemológica do final da Idade Média faz alargarem-se os horizontes. O mundo não é só o feudo, é uma grande soma de feudos. Copérnico lança as bases de um futuro corte epistemológico alargando os horizontes e mudando a perspectiva do homem em relação ao mundo (é redondo e se move e gira em torno do sol). O mercantilismo acredita que a concentração de riqueza gera maior poder. O comércio externo e as transferências de riqueza da América para Espanha e Portugal e das Índias para a Holanda e Inglaterra. Trata-se então de problemas de Importação e Exportação, câmbio, reservas (em ouro) e balança comercial. Espanha e Portugal não mantêm sua liderança pois são países meramente consumidores. Não tinham indústrias, nem carvão, nem ferro. Importavam tudo, quando o ouro acabou terminou seu poder.

O centro de decisões políticas

que era na Península Ibérica e na Itália (Florença, Veneza, Vaticano) começa a se deslocar para a França, a Inglaterra e a Alemanha (Prússia). O eixo cultural se movimenta da Itália (1300-1500 fase básica do Renascimento) para a Inglaterra (1550-1800) França (1550-1850) passando pela Espanha (1550-1650) e Portugal (1500) A não ser a Holanda, que acompanha especialmente na pintura a explosão renascentista, os países nórdicos, especialmente a Alemanha, têm um despertar um pouco tardio.

Do ponto de vista epistemológico com Galileu o homem estabelece definitivamente a sua dimensão. A princípio a fé na ciência faz com que ele se sinta o dominador da natureza. O grande desenvolvimento da matemática e da física (Descartes, New-

* Resumo de uma palestra apresentada no Curso de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, em 1976.

** Morreu em 9 de julho de 1977. Era jornalista e assessor técnico da Fundação Jones dos Santos Neves.

ton) abre grandes perspectivas, travadas pela Igreja.

O humanismo está no auge dando margem em economia, alguns decênios mais tarde ao liberalismo

LIBERALISMO – A semente do

liberalismo está na Holanda, desde que acolhia os judeus quando eram perseguidos em toda Europa. Mas é um movimento basicamente inglês e francês. Richard Cantillon lança as teses da posição econômica liberal, mas é Adam Smith que lhe dá as bases

(Uma pesquisa sobre a natureza e as causas da riqueza das Nações). Precisa a expansão do mercado tirando qualquer restrição ao desenvolvimento privado. Pela primeira vez a economia é tratada como uma ciência, com leis próprias.

ANTROPOLOGIA

Sinopse da História Populacional do Brasil

Michel Otto Bergmann **

O povo brasileiro compõe-se dos três grandes grupos raciais no mundo: o asiático (ao qual pertence os indígenas das Américas), o africano e o europeu.

1 – Habitavam aproximadamente dois milhões a dois milhões e meio de indígenas no território brasileiro quando aqui chegaram os europeus. A invasão e ocupação progressiva do território pelos europeus levou à eliminação dos indígenas. Esta eliminação pode ser esquematizada em etapas: – Século XVI: eliminação dos povos Tupi do litoral, de Pernambuco até S. Paulo. – Século XVII: eliminação dos indígenas do Nordeste, na chamada “guerra aos Bárbaros” que seguiu ao episódio holandês, em parte por causa da aderência dos povos indígenas aos holandeses. – Século XVIII: Choques no Centro-Oeste onde penetrava a colônia, precedida das expedições destrutoras dos bandeirantes. 1757 – Legislação de Pombal, integrando os indígenas como cidadãos da Colônia (para segurar as fronteiras do Brasil). 1798 – Revogação desta Legislação. Extinção das aldeias que haviam sido fundadas pelos jesuítas. – Século XIX: guerra ofensiva contra os indígenas remanes-

centes no leste (Botocudos de Minas Gerais e Espírito Santo) e no Centro-Oeste. – eliminação de grande parte dos indígenas do Pará e Amazonas nos conflitos da Cabanagem – Século XX: eliminação progressiva dos remanescentes indígenas diante da ocupação progressiva do território amazônico.

Hoje em dia, estima-se em menos de cinquenta mil os indígenas sobreviventes. Há, no entanto, na população brasileira, uma parte de sangue indígena, especialmente nas regiões que eram marginais na colônia (ou seja, São Paulo e o Sul, Pará e o Norte).

A eliminação processou-se, além da ação guerreira, pela distribuição, provocada em parte pela ação das ordens religiosas, pela escravização e por doenças trazidas pelos europeus.

2 – Os africanos foram trazidos por força, como escravos. Vieram de todo o litoral africano, desde o atual Senegal, até Moçambique e Madagascar.

As regiões fornecedoras principais foram o atual Angola e os países do Golfo de Benim, ou seja: Nigéria, Togo, Benim e Ghana.

O número total de imigrantes

africanos eleva-se a aproximadamente três milhões e meio.

Vieram desde 1538, senão já antes.

Até 1600, foram trazidos aproximadamente	50.000
De 1601 a 1700	560.000
De 1701 a 1810	1.891.000
De 1811 a 1857	1.145.000
Total	3.646.000

Este total representa 38% de todos os africanos trazidos para as Américas, em quatro séculos de tráfico negroiro. Foram tantos que, durante mais de dois séculos ou seja de 1650 até 1880, aproximadamente, os africanos formavam a maioria absoluta da população brasileira.

* Resumo do livro “Nasce um povo”, Editora Vozes, 1977, 204 páginas. É um estudo antropológico da população brasileira: como surgiu, sua composição racial, sua evolução futura.

** Autor do livro “Nasce um povo”, Consultor da Fundação Jones dos Santos Neves.

No entanto, pouco se multiplicaram. A condição escrava era dura. Se substitua um escravo de lavoura após 5 a 7 anos durante a Colônia, tempo este que se alongou para alcançar 10 a 15 anos, no século XIX.

Não havia vida familiar. Além de haver forte excedente de homens sobre mulheres, estas eram utilizadas pelos donos. Ainda na abolição, 89% dos escravos eram solteiros. Quando nasciam crianças, mesmo geradas pelo dono, podiam ser vendidas como escravas, já em tenra idade.

A Abolição foi feita sem nenhuma medida em favor dos ex-escravos. Por conseguinte passaram por décadas de dura marginalização, desfavorável ao aumento populacional.

Hoje em dia, a parte africana da população brasileira estima-se em treze milhões aproximadamente.

3 — Os europeus vieram primeiro como comerciantes, depois como ocupantes. Inicialmente foram pouco numerosos. Em 1600, seu número foi estimado em 25 mil. Em 1700, em 100 mil aproximadamente. Na primeira metade do século XVIII, no tempo do ouro, houve vinda maciça estimada em 500 mil, ou seja, a quarta parte da população total de Portugal naquela época!

Até a Independência, os imigrantes europeus foram menos de um milhão. Vieram principalmente de Portugal, e também da Espanha.

No Império, promoveu-se política ativa de imigração européia. Até 1870 porém, teve pouco êxito, trazendo grupos de alemães, suíços e italianos em pequenos números, além de portugueses. A partir de 1870, a imigração européia avolumou-se. No total, desde a Independência até a Abolição, pode ser estimada em um milhão.

O período auge da imigração européia estende-se de 1884 a 1934. Nestes cinquenta anos foram registradas 3.851.237 entradas, entre as quais predominaram os italianos.

A partir de 1934, a imigração foi restringida. Até os dias atuais vieram ainda por volta de 600 mil, na maioria portugueses.

Levando em conta a forte re-emigração no final do século XIX e início do século XX, estimada em mais de 1 milhão, o total dos imigrantes europeus permanentes ao Brasil, eleva-se a aproximadamente 5

milhões.

40% da imigração européia foram portugueses e 22%, italianos. 79% vieram dos países mediterrâneos.

Os europeus se multiplicavam prodigiosamente, nos últimos cem anos. Com quase 62% de população, em 1950, chegaram a ser o grupo maioritário. Atualmente, perfazem por volta de 74 milhões de habitantes. 4 — Desde o início, houve miscigenação, ou seja, reprodução entre raças diversas. Operou-se quase exclusivamente entre homens europeus e mulheres africanas e indígenas. Os mestiços nascidos destas uniões se reproduziram entre si, e com as raças que originaram a miscigenação.

A maior parte da miscigenação foi entre brancos e pretos, a não ser nas regiões marginais da colônia como São Paulo e o Sul, o centro-oeste e Pará e o norte.

A causa da extensa miscigenação foi essencialmente a escravidão,

ou seja, a situação de dominação absoluta de um povo sobre os outros. Um fator suplementar foi o forte excedente de homens sobre mulheres na população européia dominante. A maior parte da miscigenação se processou por relações extra-maritais.

Não existem dados exatos sobre o grau de miscigenação, devido em parte ao estado fragmentário das estatísticas, e em parte a ausência no Brasil de nítidas distinções sociais segundo a raça.

Logo antes da Independência, os mestiços formaram aproximadamente 20% da população (aproximadamente 19% na estimativa de Santa Apolônia, 1798; 20% na estimativa oficial de 1817/18).

No último censo que indicou a distribuição da população pela cor, ou seja, em 1950, formaram aproximadamente 27%, o que corresponderia, atualmente, a 32 milhões de habitantes.

5 — Globalmente, foi a seguinte a evolução da população:

1500	aproximadamente	2.000.000	(indígenas no território brasileiro)
1600	aproximadamente	60.000	(habitantes no território efetivo da Colônia)
1700	aproximadamente	300.000	(habitantes no território efetivo da Colônia)
1800	aproximadamente	3.500.000	(habitantes no território efetivo da Colônia)
1900	aproximadamente	17.000.000	(no território nacional)
2000	aproximadamente	180.000.000	(no território nacional)
		(previsão)	

O crescimento maior foi nos séculos XVIII a XX. No século XVIII, foi devido à vinda de mais de meio milhão de imigrantes europeus livres. Multiplicou-se a população por 12 vezes. No século XX, o aumento previsto é de 10 vezes aproximadamente, consequência da maciça imigração européia de 1884 a 1934.

6 — A evolução futura é incerta. Atualmente, o Brasil tem uma repartição da população típica dos países onde grande parte da população vive em condições precárias, ou seja: muitas crianças e jovens, poucos velhos, porque é baixa a duração média de vida (55 anos aproximadamente, na média nacional, porém menos de 40 anos nas regiões interioranas do centro-oeste, nordeste e norte). A morta-

lidade infantil é muito alta, atingindo uma de cada 3 crianças nas regiões pobres do país, menos nas cidades (6% em Brasília) porém, perto de 10% na periferia do Grande S. Paulo.

Nos primeiros sessenta anos do século XX, esta alta mortalidade foi compensada por uma natalidade maior ainda (47 nascimentos por 1000 habitantes em 1920, 44 em 1960 e 35 em 1970). Porém, desde 1965 aproximadamente, a natalidade está caindo rapidamente. Se esta queda continuar, conjugada com a urbanização em grandes metrópoles, o Brasil do ano 2000 será um imenso território com baixíssima densidade demográfica, com algumas gigantescas aglomerações urbanas.

Grande Vitória: Centro de Animação de Carapina *

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES **

APRESENTAÇÃO

O trabalho integrou uma série de estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado do Espírito Santo inicialmente através do Grupo de Planejamento Urbano e Regional da Secretaria do Planejamento, agora através da Fundação Jones dos Santos Neves – sobre a problemática urbana da Grande Vitória.

Composta pelos Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, essa micro-região, além de conter a capital administrativa do Estado, polariza parte do Sul da Bahia e do Leste de Minas Gerais. Isto porque ela possui infra e super estruturas relativamente melhores do que as da área em que está inserida, é nó de comunicações regionais e apresenta equipamento portuário dos mais bem dotados do país.

A dinâmica de suas transformações históricas se baseou, pelo menos desde o último quartel do século XIX, nos resultados do desempenho da cultura cafeeira – base econômica do Espírito Santo até os anos 60 – e no comportamento dos seus serviços portuários.

É justamente essa dinâmica que consolidou a Grande Vitória como maior pólo intra-regional, levando-a a um surto de urbanização incompatível com sua organização espacial e com seus limites físicos, econômicos, sociais e políticos. Com efeito,

dados de 1970 indicavam que, na situação da Aglomeração Urbana de porte médio, a Grande Vitória representava 3,2% do território e 24,1% da população do Espírito Santo, com uma concentração demográfica que respondia por uma densidade de ocupação oito vezes maior do que a média estadual.

A partir daí, começaram a surgir problemas nos diversos setores da organização urbana, afligindo os habitantes no aspecto do bem estar e desequilibrando a produtividade da força de trabalho. Deficiências se manifestam tanto no tocante ao aproveitamento dos recursos naturais, quanto com relação à disponibilidade de infra e super estruturas.

Sob esse panorama global, inserem-se os problemas criados pela excessiva concentração de serviços e equipamentos urbanos no pólo principal da Aglomeração Urbana representada pela área central do Município de Vitória.

Objetivando evitar que a tendência concentradora se repita indefinidamente, o Plano de Estruturação do Espaço da Aglomeração Urbana da Grande Vitória⁽¹⁾ optou por uma estrutura polinucleada. Objetiva, dessa forma, consolidar o caráter urbano de áreas já existentes e estimular sua formação naquelas onde é incipiente. Procura, assim, cortar o curso à expansão da mancha urbana indiferen-

ciada.

“A principal recomendação nesse sentido, prende-se à estruturação de uma cidade a partir da associação de Centros de Animação semi-autônomos, dotados de equipamentos em nível apropriado aos seus estágios de desenvolvimento, sem descuidar da especialização espacial a nível da Aglomeração como um todo¹”.

O trabalho aborda a implantação de um desses centros – o de Carapina.

* Projeto elaborado pela Fundação Jones dos Santos Neves. Concluído em março de 1977. Faz parte do conjunto de medidas para a implantação da política de desconcentração do Centro de Vitória.

O texto aqui apresentado é uma síntese deste projeto.

** Projeto coordenado por Arlindo Villaschi Filho. Elaborado pela seguinte equipe: Carlos Maximiliano Fayet (consultor especial); Michel Otto Bergmann e Carlos Cândido Caser (técnicos responsáveis); André Tomoyuki Abe, Antônio Carlos de Medeiros e Fernando Bettarello (técnicos colaboradores); Ana Lúcia Pulhesi (auxiliar de pesquisa).

(1) Governo do Estado do Espírito Santo. Grande Vitória: Uma proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana. SEPLAN, 1976, p. 29.

I – INTRODUÇÃO

O processo de crescimento esperado para a Grande Vitória tem gerado preocupações no âmbito dos três níveis do Poder Público. O primeiro motivo para tais preocupações, refere-se à velocidade das mudanças. Espera-se que em menos de dez anos a população da Aglomeração Urbana ultrapasse a casa de um milhão de habitantes.

O segundo – que é, de certa forma, consequência do primeiro – refere-se ao volume de serviços e equipamentos necessários ao atendimento desse contingente populacional.

Além do mais, mesmo se fosse considerado que o Setor Público possui condições para viabilizar financeiramente o atendimento à demanda de serviços e equipamentos, persistiria o problema da distribuição espacial equitativa de tais serviços e equipamentos. E isso torna-se mais relevante em função do crescimento desordenado da Aglomeração Urbana como um todo, que tem gerado pressões intensas sobre o principal pólo, constituído pela área central da Ilha de Vitória.

Bloqueado entre o mar e a montanha, o centro da Capital tem respondido à pressão da demanda através de um adensamento indiscriminado. Os problemas de circulação de bens e serviços, causando crescentes deseconomias, representam a primeira consequência visível desse crescimento.

Se o desordenamento histórico gerou e está gerando dificuldades para a parte central da Ilha e para a Aglomeração Urbana como um todo, não é difícil antever alguns dos problemas que certamente advirão a partir do processo de industrialização acelerado que se implanta na Grande Vitória. Tentar antecipar-se a esses problemas é tarefa vital do Poder Público e do Planejamento.

É sob a perspectiva desse objetivo que o trabalho deve ser analisado. Dada a implantação, em curto espaço de tempo, de um Complexo Industrial de porte, o planalto de Carapina pode e deve ser objeto de um programa que contemple seu potencial de polarização e a possibilidade de um crescimento orientado, em função de sua baixa ocupação atual.

Assim, levando-se em conta as áreas que já tem ocupação definida – dentre as quais se destacam as reservadas para a implantação do Centro Industrial de Vitória e da Companhia Siderúrgica de Tubarão e para expansão da Companhia Vale do Rio Doce – é proposto, neste trabalho, um zoneamento urbano voltado para o crescimento orientado de uma área que fatalmente será um grande núcleo residencial operário, tendência já verificada.

Como parte integrante desse zoneamento, destaca-se a área reservada a um centro de comércio e prestação de serviços, que convencionou-se denominar de Centro de Animação. O seu dimensionamento preliminar foi feito com a intenção de atender à demanda das áreas residen-

ciais e industriais que lhe são mais imediatas e à orla marítima do Município da Serra, de grande potencial turístico e residencial.

A concentração de equipamentos e serviços urbanos na área do Centro de Animação de Carapina, visa principalmente o surgimento de economias de aglomeração que redundarão em um atendimento mais adequado à mão de obra empregada no Complexo Industrial.

Fugindo ao convencional, a viabilidade do empreendimento não foi quantificada em termos financeiros, mas sim qualificada em função da sua essencialidade e das medidas fundamentais para sua implantação. Entre essas

medidas, é imprescindível a integração dos três níveis do Poder Público – Federal, Estadual e Municipal – no sentido de que se possa viabilizar o empreendimento.

De importância vital para o desenvolvimento industrial da região, o Centro de Animação tem como objetivo maior a possibilidade de tornar factível a idéia de dotar a área de equipamentos fundamentais à uma vida urbana melhor e mais voltada para o homem.

II – CARACTERIZAÇÃO ATUAL

A – OCUPAÇÃO DO SOLO

O Distrito de Carapina é, ainda, em sua maior parte, representado por áreas desocupadas, contrastando com o futuro uso do solo que já está parcialmente configurado, tanto pelos loteamentos, já aprovados, quanto pela Companhia Siderúrgica de Tubarão, pelo Parque Florestal Mestre Alvaro e pelo Centro Industrial de Vitória – CIVIT.

É cortado por duas vias importantes a BR 101 e a sua variante que contorna o Município de Vitória e tem seu entroncamento no principal núcleo do distrito e a Rodovia do Sol que leva ao balneario de Jacaraípe.

À Sudeste de Carapina está situado o acesso ferroviário ao terminal de minério de ferro da CVRD, no Porto de Tubarão. Trata-se de uma área de indústria pesada, ao norte da qual será instalada o Complexo Siderúrgico de Tubarão. Ainda no mesmo sentido está localizado o CIVIT, área especial destinada à indústria de médio porte.

A população do distrito é ainda inexpressiva. Embora tenha passado dos dois mil habitantes em 1950 para 11 mil, estimados para 1976, o contingente é irrelevante, tendo em vista os 128 km² de área do distrito.

Projeções demográficas efetuadas para Carapina pelo estudo “Grande Vitória: Uma Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana” elaborado pelo grupo de planejamento urbano e regional da Secretaria de Estado do Planejamento, no início de 76, davam conta de que haveria uma população de aproximadamente 300 mil habitantes no espaço de 10 a 15 anos.

Já em 1980, segundo projeções feita pela CESAN para efeito de abastecimento, Carapina terá 60,5 mil

habitantes. Como se verá mais adiante, o distrito de Carapina deverá receber, só em termos de conjuntos habitacionais Cohab/Inocoop, cerca de 20 mil habitação, o que equivale a uma população de aproximadamente 100 mil habitantes.

B – DISPONIBILIDADE INFRA E SUPER ESTRUTURAIS

Sem considerar a situação populacional futura, Carapina já apresenta equipamentos urbanos insuficientes para as necessidades atuais.

O abastecimento de água é precário, com a maioria da população tendo de se servir de água de poços, pois só há rede de abastecimento efetivamente ao longo da BR-101 e nos conjuntos habitacionais, onde o fornecimento de água é irregular, chegando apenas 4 horas por dia.

O atendimento médico deixa muito a desejar, com apenas dezoito médicos e cinco dentistas para atender a toda a região; O INPS não tem atividades na área, existindo apenas um vago projeto de construção de uma agência. Os ambulatórios são em número de oito e o Centro Social de Jacaraípe acolhe a única maternidade que serve à região.

No tocante à educação, verifica-se que a maioria das escolas são singulares, atendendo somente às 4 primeiras séries do 1º grau. Pesquisa feita junto à população, revelou que existem reclamações generalizadas quanto à qualidade do ensino e das instalações físicas das escolas.

No que tange a transporte coletivo e energia elétrica, são itens que atendem relativamente bem às necessidades atuais.

Outros equipamentos existentes na região são: Pequena agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e uma agência bancária (BANESTES) que efetuam serviços triviais.

III – DETERMINANTES DAS MUDANÇAS

A – INTRODUÇÃO

Se a caracterização atual do Distrito de Carapina indica que as disponibilidades de equipamentos urbanos não atendem às necessidades de hoje, parece conveniente descrever as prováveis mudanças esperadas para a região, a partir da implantação dos chamados Grandes Projetos de Impacto. Pressupõe-se que a simples descrição desses projetos de impacto e dos planos de expansão habitacional, através do Sistema Financeiro da Habitação, bem como das atividades de desenvolvimento da faixa turística, indiquem, implícita ou explicitamente, que as transformações previstas poderão agravar as anomalias existentes.

Também, pretende-se mostrar a necessidade de consolidação do Centro de Animação de Carapina, tanto porque ele atuará no sentido de contribuir para o ordenamento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, quanto devido ao fato de que minimizará os problemas gerados pela expansão urbana do Município da Serra, em geral, e do Distrito de Carapina, em particular.

B – OS GRANDES PROJETOS

Sabe-se que haverá uma concentração dos Grandes Projetos na área da Grande Vitória – 80% dos investimentos e dos empregos gerados – e que a maior parte deles, com exceção da indústria de celulose da CVRD, localizam-se na faixa litorânea, dentro de um raio que não ultrapassa 100 km de Vitória. Evidencia-se, assim, o agravamento dos desequilíbrios intra-regionais na economia estadual, claramente observados desde os anos 60.

Para o Planalto de Carapina está previsto um conjunto de empreendimentos que, juntamente com a pelotização e o Porto de Tubarão, configuram um complexo siderúrgico – portuário produtor de bens intermediários.

Estavam previstas:

1) USINA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO

Empresa: Companhia Siderúrgica de Tubarão

Localização: Ponta do Tubarão

Acionistas: SIDERBRAS. 51%

KAWASAKI STEEL (Japão) . 24,5%

FINSIGER (Itália) 24,5%

Primeira Fase: Capacidade – três milhões de toneladas/ano.

Início de construção – 1977

Período de construção – 40 meses

Início de Operação – 1980

Investimento – US\$ 2,3 bilhões

Faturamento anual – US\$ 510 milhões.

Segunda Fase: Capacidade – seis milhões de toneladas/ano.

Início de Construção – final de 1980.

Operação – início de 1983.

Investimento – US\$ 3,8 bilhões (acumulado).

Faturamento anual – US\$ 1 bilhão (acumulado)

Linha de Produção: Semi-acabados planos – slabs – destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno.

2) USINAS DE PELOTIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE.

Linha de Produção: pelotes de minérios de ferro

Localização: Ponta do Tubarão.

I – INTRODUÇÃO

A despeito dos estudos, diagnósticos e prognósticos sobre desigualdades regionais do desenvolvimento brasileiro se voltarem geralmente para as macro-regiões norte e nordeste, o Estado do Espírito Santo representa o que se poderia denominar de protótipo de região periférica. Desde o seu desbravamento, a partir de 1535, por Vasco Fernandes Coutinho, até os dias atuais, são mais de quatro séculos de marginalização e subdesenvolvimento, de estagnação e atraso social, político e econômico, numa história rica de subsídios para os estudiosos das relações entre centros e periferias e/ou das relações intergovernamentais.

Integrante da macroregião sudeste do Brasil – a articuladora do espaço econômico nacional – o Espírito Santo vincula-se principalmente ao pólo localizado no novo Estado do Rio de Janeiro e teve a evolução de sua estruturação regional processada em função de uma dependência secular para com o sudeste, sendo, então, seus problemas decorrentes das desigualdades emanadas dos pólos da própria região.

Estado subdesenvolvido de um país também subdesenvolvido, ele pode ter o seu atraso relativo explicado, inicialmente, por uma rápida análise de estruturação do espaço brasileiro, segundo a Teoria das Bacias Urbanas, de Kayser.

A racionalidade implícita nesta teoria é a de que, a partir da evolução da cultura cafeeira no Brasil, se teriam formado áreas estanques voltadas para o comércio exterior e substituídas de um processo de intercâmbio comercial entre si. Tais áreas – exatamente as chamadas bacias urbanas estanques – se localizaram ao longo da faixa litorânea e induziram a formação de aglomerados demográficos periféricos que passaram a viver sob sua influência.¹

O Espírito Santo, enquanto o café se distinguiu como o produto mais importante da pauta nacional, teria chegado a ser considerado uma bacia, embora, então, já não fosse das mais prósperas. A partir, porém, do processo de substituição de importa-

ções, que influenciou a urbanização, a industrialização, o fortalecimento do mercado interno e a expansão dos transportes e das comunicações, ele se retraiu, porque o processo substitutivo de importações teria favorecido às bacias que já estavam mais adiantadas. Como o Estado já experimentava um processo tendente a acomodá-lo na periferia, este não era o seu caso.

Basicamente, a industrialização favoreceu justamente o eixo que era o maior beneficiário da economia cafeeira, ou seja, o eixo Rio-São Paulo “complementado pela área industrial de Belo Horizonte e pela região agrária em modernização do oeste paulista”². É em torno disto que se configura o caráter marginal do espaço espiritosantense com relação ao conjunto do país – “entre um ‘coré’ de formação espontânea, o sudeste metropolitano já cristalizado, e outro em processo de formação por incentivo, o nordeste meridional”³.

De maneira superficial, esta é a constelação de fatores que situa o Espírito Santo perante os outros estados brasileiros e ao país como um todo. Uma constelação que indicava, por exemplo, que em 1965 sua renda *per capita* só era superior às dos estados do Pará, Maranhão e Piauí, enquanto sua renda interna só suplantava às dos estados e territórios da macroregião norte, à do Distrito Federal e às dos estados do Piauí, Alagoas e Sergipe.⁴

É bem verdade que o exame de números mais recentes indica que o desempenho econômico do Estado no período 1960/1970 foi surpreendentemente superior ao alcançado pelo país. “Nossa participação relativa no PIB teria ascendido de 1,07 para 1,10% e a renda *per capita* do capixaba passaria de 52,5 para 68,5% da média nacional”⁵. Esse fato, porém, não elimina o subdesenvolvimento capixaba e a atitude realista de aceitá-lo como um Estado marginal e/ou periférico.

Um melhor entendimento dessa situação e das perspectivas que se abrem desde a virada da década de 60, pode ser obtida ao demarcar-se o início das preocupações do Governo Estadual com a formulação e imple-

mentação de uma Política Industrial dinâmica.

A realidade é que os anos 60 serviram para instalar no Espírito Santo uma crise econômica jamais experimentada em sua história. Antes disso, monocultura de café desde o século XIX, ele conservava sua posição periférica sem experimentar quaisquer processos bruscos de estagnação relativa, mantendo-se das dividas do café e, depois, do Porto de Vitória e dos serviços da Companhia Vale do Rio Doce um enclave em sua economia.

Nos anos 60, verificou-se o declínio vertiginoso da cafeicultura, motivado pela queda dos preços relativos, pelo programa federal de erradicação e, finalmente, pelo advento da praga da ferrugem, que devastou inúmeras plantações. Desprovido, então, de um produto que em 1950 e em 1968 representava, respectivamente, 79,6 e 56% das suas exportações globais⁶, o Estado viveu

1 BERNARDES, Nilo. O Espírito Santo no quadro macroregional brasileiro. In Colóquio sobre desigualdades regionais do desenvolvimento. Rio de Janeiro, União Geográfica Internacional, 1971.

2 Ibid. p. 3.

3 Ibid. p. 11.

4 Ibid. p. 18-19.

5 RODRIGUES, Lélío. A década de 60. In As etapas do processo sócio-econômico do Espírito Santo. Vitória, Bandes, 1975. Sem numeração.

6 PEREIRA, Guilherme Henrique. Crescimento e atraso relativo da economia do Espírito Santo. Vitória, Bandes, 1970. p. 25

a) ITABRASCO

- Associação CVRD (51%)/FINSIGER
- Capacidade: 3 milhões de toneladas/ano
- Início de Operação: 01/77
- Investimento: US\$ 55 milhões
- Número de empregos: 400

b) HISPANOBRAS

- Associação CVRD (51%) / Instituto Nacional da Indústria da Espanha (49%)
- Capacidade: 3 milhões de toneladas/ano
- Início de operação: 06/77
- Investimento: US\$ 55 milhões
- Número de empregos: 400

c) NIBRASCO

- Associação CVRD (51%) / Nippon Steel Corporation/Nippon Kokan Kabushiki Kaish/Suminoto Metal Industries/Kawasaki Steel Corporation/Kobe Steel Ltd./Mishin Steel Co.
- Capacidade: 6 milhões de toneladas/ano.
- Início de operação: final de 1977
- Investimento: US\$ 110 milhões
- Número de empregos: 600

3) SUPERPORTO DE PRAIA MOLE (exportação de produtos siderúrgicos e importação de carvão).

- Capacidade: navios de até 100 TDW
- Início de operação: 1980
- Estimativa de mão de obra para operação: 400 empregos
- Investimento: US\$ 200 milhões.

C – A EXPANSÃO HABITACIONAL

O programa habitacional COHAB/INOCOOP no Distrito de Carapina, deverá ter atingido, até dezembro/78, a marca de 8.675 residências. Acrescente-se a esse número as 1.034 unidades dos conjuntos "Carapina" e "Hélio Ferraz" (fora dos limites políticos de Carapina, mas na sua área tributária) e as 10.000 unidades previstas para um novo núcleo em fase de planejamento, chegue-se então, às 19.709 unidades residenciais.

Trata-se, sem dúvida, de um grande e oportuno programa, numa área onde a procura de habitações deverá intensificar-se na medida em que novas oportunidades de emprego vão surgindo na região.

Porém, é imprescindível que seja posto em prática um plano global na área para que esses conjuntos não sejam ilhas isoladas. Um plano que harmonize, estrutura e integre esses conjuntos e garanta um melhor aproveitamento dos recursos a serem aplicados na área.

D – CONSOLIDAÇÃO DA FAIXA TURÍSTICA

Nova Almeida, Jacaraípe e Manguinhos na faixa litorânea, cada vez mais se destacam como áreas turísticas na Aglomeração Urbana da Grande Vitória. Além

disso, as classes média-alta e alta de Vitória vêm fixando moradia nessa faixa, principalmente em Jacaraípe, à procura de lugares de ocupação menos densa com vantagens locais e infra-estrutura. A construção da Rodovia do Sol (ES 080) tornou menor e melhor a ligação dessas praias com o centro de Vitória, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento dessa região.

Jacaraípe aparece na Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória como Centro de Animação potencial a ser estimulado, mas enquanto não se fortalece esse CA, o CA – Carapina deverá atender esse potencial.

IV – PROPOSTA DE CENTRO DE ANIMAÇÃO

A – INTRODUÇÃO

A respeito dos Centros de Animação, o Plano de Estruturação do Espaço, integrante da Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana da Grande Vitória², enfatiza que o principal objetivo de definir-se esses centros prende-se à necessidade de orientar a aplicação de recursos públicos e privados, principalmente nos setores de comércio e de prestação de serviços. Com efeito, esse ordenamento se faz necessário, já que a pulverização na utilização de recursos voltados para o atendimento ao público tem levado a um crescente congestionamento do centro de Vitória.

Um CA corresponde ao conceito comum de "Centro de Cidade", tendo os seguintes principais elementos constitutivos:

- 1) alta densidade no próprio CA e nas adjacências de fácil acesso;
- 2) localização num nó de comunicação, ou seja, na interseção ou ao longo de vias importantes e linhas de transportes coletivos, com espaços suficientes reservados ao uso exclusivo de pedestres;
- 3) ter zona de comércio principal e de prestação de serviços profissionais e de natureza social;
- 4) dispor de equipamentos urbanos apropriados para atender às necessidades da saúde, ensino, cultura e lazer.

Sobre o CA de Carapina, objeto do estudo, o Plano de Estruturação do Espaço diz que "Carapina é o centro geográfico do Norte da Aglomeração e a interseção das principais vias da área. A proximidade das grandes áreas industriais projetadas e em implantação, exigirá extensas redes de serviços de todo o tipo: administrativo, financei-

(2) Ibid.

ros, assistenciais, educacionais, etc. A proximidade de possíveis fontes de poluição exigirá uma atenção particular para instalações adequadas de equilíbrio, tais como áreas verdes, parques, áreas desportivas, centros sociais, etc³." O CA de Carapina terá como principal característica a função de apoio à zona industrial. Entretanto, servirá, também, como CA regional, tanto para a área com predominância de classes de baixa renda da Serra (sede) quanto para aquelas de predominância da classe média e alta (Jacaraípe), além de estar situado na entrada da Aglomeração em sua ligação com o Norte do Estado.

B – LOCALIZAÇÃO

A localização do CA foi definida a partir dos critérios: centralização com relação aos conjuntos e núcleos habitacionais, custos e integração com as vias de comunicação. Baseado nesses critérios foi escolhida uma área situada aproximadamente 650 m da BR-101 e adjacente à Estrada de Jacaraípe, num terreno de topografia bastante regular e ocupado por poucas residências rústicas.

C – DIMENSIONAMENTO

O local escolhido para o CA abrange uma área de aproximadamente 33,7 ha. Um pré-dimensionamento, em função do programa de necessidade de Carapina, foi feito a partir de estudos semelhantes. Quantificou-se a utilização de 5,16 ha, para comércio e serviços; 15,39 ha, para infra-estrutura social; 6,96 ha, para vias e estacionamento, e o restante da área, 6,1 ha, para residências, as quais completarão o ambiente do CA, fazendo com que ele não seja um local deserto fora do horário de funcionamento do comércio.

A seguir estão listados alguns elementos, que dentre outros, o CA deverá conter:

- 1) Área reservada à circulação de pedestres, com ruas apenas para permitir o acesso e o abastecimento ao CA. Desta forma, o CA não precisa obedecer a um traçado reticulado de ruas;
- 2) Terminal de passageiros;
- 3) Serviços públicos, com agências dos seguintes órgãos:
 - Prefeitura da Serra;
 - EBCT;
 - INPS;
 - Secretaria de Educação;
 - Ministério do Trabalho;
 - CESAN;
 - ESCELSA;
 - TELEST;
- 4) Centro Social Urbano (CSU);
- 5) Biblioteca pública;

- 6) Cinemas, pequeno teatro ou cine-teatro;
- 7) Bancos;
- 8) Hotéis;
- 9) Estabelecimento de ensino de pequeno porte;
- 10) Livrarias, papelarias e bancas de jornais;
- 11) Agências de viagens;
- 12) Serviços profissionais, tais como os de alfaiates, advogados, barbeiros, dentre outros;
- 13) Locais para cultos;
- 14) Comércio local e comércio principal de pequeno e médio portes;
- 15) Supermercados;
- 16) Restaurantes, bares, sorveterias, lanchonetes e confeitarias;
- 17) Farmácias e drogarias;
- 18) Área para recreação e lazer;
- 19) Área para estacionamento;
- 20) Delegacia de polícia;
- 21) Posto de Corpo de Bombeiros;
- 22) Pequenos artesanatos.

D – VIABILIDADE

Foi estruturado uma Lei de Zoneamento de uso do solo do Distrito de Carapina, já aprovada pela Câmara Municipal da Serra, que teve como princípios:

- Adensamento populacional nas imediações do CA, liberando as densidades nas zonas próximas a estes e restringindo, progressivamente, nas mais distantes;
- Restrição do uso das atividades típicas do CA em outras zonas de uso;
- Reserva de áreas para escolas, hospital, cemitério, áreas verdes, praças e outras;
- Zonas industriais e de comércio secundário em locais definidos, evitando a mesclagem destas com as residências.

Além do disciplinamento do uso do solo, a viabilidade do CA estará intimamente ligada à ação dos setores públicos federais, estaduais e municipais, no sentido de providenciar a infra e super estrutura essenciais à consolidação do CA.

O trabalho foi uma "proposta global" e como tal não foram especificados detalhes que não seriam compatíveis com o nível de abrangência de uma primeira abordagem.

(3) Ibid, p. 51.

da Fundação Jones dos Santos Neves:

Uma filosofia, entre outros elementos, pressupõe uma autonomia da organização que a detêm. Pressupõe uma linha de conduta coerente, uma adesão ao conhecimento formulado e uma postura epistemológica, além de exigir alguns fatores relativos à história da organização.

Os objetivos da Fundação já foram determinados através dos seus estatutos. É uma entidade de Governo que, como tal, está subordinada à uma política pré-estabelecida e aos condicionantes conjunturais dessa política e do subsistema administrativo.

Isso afasta a instituição do *academicismo* e a leva mais para uma concepção de *Centro de Estudos Aplicados*.

Tal Centro realizará trabalhos dentro de algumas condições pré-estabelecidas, e dentro de outras que serão criadas a partir do seu próprio desempenho.

Primeiro, realizará estudos voltados para o estabelecimento de políticas governamentais explícitas no campo de Desenvolvimento Urbano e Regional. Segundo, desenvolverá projetos que tenham compromisso direto com a comunidade e suas aspirações. Por último, realizará trabalhos emergenciais, numa linha ativa mais imediata.

Dentro desse quadro, é relevante a definição e o apreendimento de uma linha de trabalho, procurando-se uma *coerência* à luz dessa linha. Essa linha seria uma filosofia de trabalho e a organização teria que ter, então, esta filosofia.

Numa filosofia de trabalho, observamos os seguintes fatores:

a) *universalidade* — todos os estudos devem procurar o *vir a ser*, onde todos os aspectos de um problema devem vir à luz em debate amplo. As conclusões devem ser *alternativas*, para serem coerentes com o espírito científico da dúvida e para a descaracterização do órgão da qualidade de *super-estrutura* ou *super-órgão*, evitando deteriorá-lo pelo exercício de funções alheias à sua essência;

b) *unidade* — todas as partes de um planejamento devem estar reunidas num só conjunto integrado. O pensamento do trabalho deve caracterizar o pensamento da instituição como um todo, e não o de um indivíduo ou uma aspiração técnica isolada;

c) *objetividade* — todo o estudo deve se desenvolver sem perder de vista o escopo que lhe deu margem;

d) *economia de meios* — não duplicação de meios para fins idênticos;

e) *coordenação* — cooperação entre os que participam;

f) *disciplina intelectual* — fidelidade ao propósito co-empresendido;

g) *flexibilidade* — condução de forma a assegurar a mobilidade necessária para atender as eventuais contingências.

Como se tentar assegurar isto? Uma fórmula metodológica aceitável (não uniforme para todos os estudos), seria:

- a) formulação do problema;
- b) construção das hipóteses;

- c) desenvolvimento da pesquisa e/ou estudo;
- d) revisão das hipóteses (se necessário);
- e) conclusão; e,
- f) recomendações alternativas.

Atendendo a que:

a) todo o estudo é sistemático — isto é, um corpo e um processo estruturados;

b) todo o estudo é lógico — isto é, a logicidade deve procurar uma validade interna, para conseguir uma validade externa;

c) todo o estudo é reducionista — dados colecionados reduzem, *a priori*, a uma confusão de eventos e objetos individuais para melhor se entender as categorias e conceitos. Esse processo de redução lenta, transforma a realidade para uma abstração ou estado conceitual a fim de entender melhor as relações ou eventos. Dentro da linha filosófica que a parte é maior do que o todo;

d) todo o estudo é questionável;

e) todo estudo é transmissível;

f) todo estudo tem, obrigatoriamente, um caráter sistêmico.

Assumimos que alguns princípios podem balizar os trabalhos. Entre outros estão, fundamentalmente:

1) *Envolvimento* — os trabalhos, estudos e pesquisas devem sofrer um processo gradual de participação de todas as atividades e grupos organizados;

2) Deve-se evitar a publicidade e a propaganda. O produto deve ser a essência da divulgação;

3) *Relacionamento* dentro de uma metodologia tipo *comunidade de base*;

4) O caráter emergencial não deve deixar de envolver o trabalho de equipe;

5) A metodologia do trabalho: antes de iniciado, o mesmo deve ter o seu escopo discutido e debatido, sendo a metodologia aprovada a nível de todo o grupo.

É desejo da Fundação Jones dos Santos Neves embutir, dentro dessa filosofia de trabalho, o que a organização pensa e incorpora à sua personalidade.

Consideramos que a instituição deve procurar a inovação acima da repetição, voltada para o desenvolvimento do Espírito Santo;

Consideramos que a instituição deve ser um núcleo de formação de recursos humanos especializados sobre os assuntos referentes ao Espírito Santo. Para tanto, importante é que a atuação seja caracterizada por contratos de serviços especializados com pessoas físicas, e não com pessoas jurídicas. Isto implicará, junto com a prestação de serviços, uma incorporação de *know how* necessário à própria instituição e enriquecimento dos recursos humanos disponíveis no Estado;

Consideramos, finalmente, que a instituição deve criar uma consciência de que Planejamento é processo, fazendo crer que esta função não tem qualquer idéia de futurologia, e sim, com a futuridade das presentes decisões. O problema aí, assume uma nova dimensão, qual seja: não perguntar o que o planejador deve fazer amanhã, mas sim, o que ele deve fazer hoje para a incerteza do amanhã.

momentos de crise, tendo em vista que não possuía, mesmo no setor primário, produtos que pudessem, a curto prazo, substituir o café. É certo que o sub-setor da produção animal estava em pleno processo de crescimento; que os investimentos da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Ferro e Aço de Vitória iriam chegar ao final da década, adicionando à taxa interna de poupança de 7,5%, cerca de 5,2% do PIB estadual⁷; e que o desempenho do setor terciário iria incrementar a sua participação na composição setorial do PIB — 52,9% em 1960, 58,4% em 1970⁸. Nada disso, contudo, seria suficiente para um engajamento deliberado no processo de desenvolvimento nacional e internacional possibilitado pela conjuntura favorável dos anos 60. Neste sentido, além de ter contribuído para a indução dos resultados acima descritos, a crise do café levou à constatação — mais importante — de que havia necessidade de uma diversificação econômica profunda.

Começa, então, uma mobilização mais efetiva do Governo Estadual, exatamente na gestão Dias Lopes Filho (1967-1970). Não que os outros governadores da década dos 60 não tenham sustentado um processo reivindicatório contínuo frente ao Governo Federal como alternativa para atenuar os problemas econômicos-financeiros do Estado.

Esse governador porém aproveitou-se de uma conjuntura favorável à preocupações em torno do problema dos desequilíbrios regionais e, levantando a bandeira segundo a qual o Espírito Santo era o nordeste sem SUDENE, iniciou um processo de sensibilização das esferas federais.

Logrou resultados fundamentais pelo menos em duas frentes: a consolidação do acordo IBC/GERCA/Governo do Espírito Santo, que se encarregaria de atenuar os problemas advindos da erradicação dos cafezais, e a assinatura do Decreto-Lei nº 880, de 18 de setembro de 1969, que concedia incentivos fiscais ao Espírito Santo.

Inicou-se, então, o que chamaremos de política industrial dinâmica como fator de desenvolvimento. In-

duziu-se a conformação de um reaparelhamento institucional e o Estado interveio nos setores infra-estruturais e financeiros, criando uma sociedade de economia mista — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo — encarregada de formular e implementar uma política de industrialização para, de início, atenuar os problemas de renda e emprego causados pela crise cafeeira.

Esta empresa começou as suas atividades em 1967 e em 1970 foi transformada em Banco de Desenvolvimento. Como responsável pela formulação da política industrial⁹ e como executora dessa política¹⁰ ela colaborou decisivamente para a formação de uma nova base econômica, onde o setor secundário aumentaria sua participação relativa na composição setorial do PIB, de 5,3% em 1960, para 7,7% em 1970, com uma taxa de crescimento de 12,3% ao ano, superior às dos outros setores¹¹.

Entretanto, o Banco de Desenvolvimento, embora tenha atenuado os problemas gerados pela crise e fornecido bases menos frágeis para o Estado, não foi, por si só, suficiente para gerar um processo de industrialização que possibilitasse algo parecido com uma arrancada para o desenvolvimento, ou seja, algo similar ao take-off de Rostow.¹² O Espírito Santo não conseguiu o status de Estado industrializado e, muito menos, o de Estado desenvolvido.

Esta constatação tornou-se corrente nas esferas estaduais. A experiência mostrou que um Banco de Desenvolvimento estadual de escala modesta era inacessível aos empreendimentos que realmente transformam uma base econômica, servindo apenas para acelerar vocações pré-existentes, através de grupos empresariais pré-existentes.¹³ Assim, o governador Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1974) desencadeou um processo de atração de investimentos federais e estrangeiros, via *joint-ventures* de grande porte, a partir da premissa de que investimentos do nível da Companhia Vale do Rio Doce é que possuíram efeitos multiplicadores reais para dar ao Espírito Santo a dimensão de Estado industrializado e, possivelmente desenvolvido.

Desta forma, configura-se hoje para o Estado a perspectiva de ser palco de investimentos da ordem

aproximada de 5,5 bilhões de dólares, destinados a grandes projetos nos sub-setores siderúrgico, naval, químico e portuário, que serão executados a nível de *joint-ventures* entre o Governo brasileiro e empresas do Japão e da Itália, principalmente, e que possibilitarão a criação de, aproximadamente, 21 mil empregos diretos.¹⁴ A nova política, a primeira vista, poderá criar as condições necessárias ao *take-off*.

7 RODRIGUES, Lélío. op. cit. sem numeração.

8 Ibid. sem numeração.

9 Atuava também a nível de assessoria do Governo Estadual, elaborando o planejamento local.

10 Financiou todos os projetos relevantes instalados no Espírito Santo a partir de 1967, com execução de alguns de porte superior ao seu limite de financiamento.

11 RODRIGUES, Lélío. op. cit. sem numeração.

12 Ver ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

13 Conforme depoimento de Lélío Rodrigues, em resposta a questionário enviado pelo autor desta monografia.

14 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. Plano de ação: 1975/1979. Vitória, 1975. p. 49.

1.1) DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Foi a chamada euforia dos grandes projetos que forçou alguns capixabas a pensarem sobre os benefícios e custos de se passar, abruptamente, de uma situação de escassez para uma provável situação de abundância.

Começou-se a fazer um verdadeiro **mea culpa** do subdesenvolvimento capixaba, isto é, uma verdadeira análise de todo um processo de subdesenvolvimento, com suas implicações sobre a capacidade de o Governo Estadual e o empresariado local colocarem-se em nível satisfatório perante os investidores federais e estrangeiros, a fim de poderem competir com equidade na distribuição de recursos e benefícios.

Começou-se, também, a perceber que a implantação desses grandes projetos poderia reforçar o potencial de ingerência do Governo Federal na esfera estadual, como também, trazer para a arena um novo foco de poder, o das corporações estrangeiras envolvidas, o que provavelmente contribuiria ainda mais para a marginalização estadual. Em suma, correr-se-ia o risco de se assistir passivamente a todo um processo de formação de quistos paralelos de poder que deixariam o Governo e a iniciativa privada locais à margem. Assim, o Espírito Santo sairia da categoria de Estado, "para a categoria de território federal, com algumas nuances, talvez, de colônia estrangeira",¹⁵ deixando os níveis atuais que o classificam como um Estado econômica e politicamente periférico, mas correndo o risco de perder a sua reduzida autonomia relativa.¹⁶

As preocupações desse trabalho não são nem totalmente pioneiras, nem totalmente originais. Pretende-se, apenas, aproveitar os problemas já conhecidos e aprofundá-los, inovando com alguns dados empiricamente coligidos. Entre os apologistas e catastrofistas, parodiando Fernando Henrique Cardoso,¹⁷ ou entre os profetas do apocalipse e os especuladores da euforia, parodiando o **Plano de Ação: 1975/1979**, do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo,¹⁸ há lugar para um esforço de

análise equilibrada que, sem pretender ser tecnocraticamente neutra, também não precisará ser provincianamente apaixonada. Nessa posição de equilíbrio é que pretende tomar assento a presente monografia, com pretensões mais exploratórias do que comprobatórias e dentro da percepção de que em ciências sociais nada é absoluto e definitivo, mas, sim, todo conhecimento é transitório.

Assim, o problema central se prende à configuração do processo iminente de marginalização dos poderes público e privado capixabas, ao qual nos referiremos como processo de desautonomia relativa.

Sem conotações provinciana ou xenófoba, tentou-se explorar a tese de que esse processo sempre existiu no âmbito internacional, a partir das necessidades unitaristas do Estado Moderno, e que agora passaria a ser acentuado, na medida em que o jogo de poderes se internacionalizasse, selando, talvez, a participação — o que não significa dizer **integração** — do Espírito Santo na estrutura econômica oligopólica de nossos dias.¹⁹

Haveria, assim, uma espécie de quebra-cabeça político e econômico, tentando acomodar três esferas de poder — o federal, o estrangeiro²⁰ e o estadual. Ao mesmo tempo, pela **lei invisível do mais forte**, se tentaria marginalizar o poder estadual, reservando-lhe áreas de atuação periféricas e tendentes a dar amplitude a um processo de **desautonomia relativa**.

A partir da exploração da questão da **desautonomia relativa**, o segundo problema importante da monografia é justamente a busca de proposições implementáveis para assegurar a subsistência do Estado em níveis compatíveis com as tendências unitaristas do Estado Nacional e com as tendências oligopolistas e expansionistas do sistema capitalista contemporâneo. Em outras palavras, sem fazer a apologia da reversão da tendência centro/periferia, que é um fenômeno integrante da dinâmica própria do modo de produção capitalista, trata-se de procurar melhores padrões de integração para uma região periférica — o Estado do Espírito Santo — indicando alguns fatores que a podem levar a renegociar sua dependência de maneira mais igualitária.

15 RODRIGUES, Léo. *Perspectivas de desenvolvimento integrado do Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos grandes projetos*. Vitória, Bandes, 1973. p. 58

16 Coube, deve-se fazer a ressalva, ao agrônomo Léo Rodrigues, ex-diretor do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, a primeira abordagem sobre a questão da marginalização estadual, em trabalho concluído em 1973, e intitulado *Perspectivas de desenvolvimento integrado do Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos grandes projetos*.

17 CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 14.

18 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO. *op. cit.* p. 1

19 Para melhor entendimento desta estrutura econômica oligopólica, ver MARTINS, Luciano. *Nação e corporação multinacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

20 Vale ressaltar que quando falamos em poder estrangeiro estamos nos referindo às grandes empresas estrangeiras e que teriam participação acionária significativa nos grandes projetos a serem instalados no Estado.

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

A história do Espírito Santo indica transformações que o consolidaram como um espaço acomodado na periferia dos centros nacionais e internacionais.

Depois do entendimento do seu processo de formação econômica, social e política — processo que jamais foi exclusivamente autônomo — torna-se redundante dizer que ele foi, e ainda é, um Estado subdesenvolvido. Repetindo defasadamente algumas fases marcantes do Brasil, como a de substituição de importações, ele adicionou sempre as especificidades de sua reduzida dinâmica própria e acompanhou de longe a consolidação do modo de produção capitalista. Por isso, ainda hoje apresenta certas características pré-capitalistas em algumas áreas rurais.

De 1535 até hoje sobressaem-se algumas fases que assinalam as transformações ocorridas.

A primeira, foi a fase pré-Vasco Fernandes Coutinho, quando o espaço capixaba ainda não havia sido descoberto e era ocupado por indígenas; foi uma fase que não fez história. A segunda, denominada fase litorânea, começou com a chegada dos portugueses, em 1535, e estendeu-se até a metade do século XIX, quando começaram a chegar os primeiros contingentes de imigrantes; destacou-se como um período de estagnação, quando a principal meta dos civilizados era a de superar os obstáculos à ocupação da terra, impostos pelos indígenas e pela necessidade do litoral capixaba servir como bloqueio às explorações que visavam ocupar o interior em busca das minas gerais. A fase seguinte, chamada fase serrana, coberta pelo período que vai, aproximadamente, de 1850 a 1940, foi a de explosão demográfica verificada a partir da chegada dos italianos e dos alemães; configurou-se a conquista do norte do Espírito Santo e a consolidação da lavoura cafeeira como principal produto da base econômica; experimentou-se algumas transformações relevantes e destacou-se a gestão de Jerônimo Monteiro, um dos maiores estadistas capixabas em todos os tempos. A quarta fase, foi a fase pioneira, de 1940 a 1960;

caracterizou-se por um processo de expansão da fronteira agrícola, de euforia cafeeira, de plena ocupação do território; foi o fim do ciclo da terra nova da devastação florestal; marcada pela ascensão das oligarquias rurais, pela consolidação do PSD e pelo início de um tímido processo de industrialização/urbanização. Finalmente, a fase atual — últimos dezesseis anos — foi um período de crise do café, de expansão da pecuária, de dinamização da Companhia Vale do Rio Doce; consolidou-se a vocação portuária do Estado, enalteceu-se a sua localização privilegiada: diversificou-se a economia, com a explosão do setor secundário, e detectou-se um processo desenfreado de urbanização na Grande Vitória; anunciou-se a atração/implantação dos chamados Grandes Projetos de Impacto.

Essencialmente baseadas numa economia de subsistência e, posteriormente, numa economia primário-exportadora, as três fases regionais — litorânea, serrana e pioneira — configuram o ritmo e a direção da ocupação (e degradação) do território, a marcha do café.

A fase atual é de mudanças. São previstas, principalmente a partir do momento em que os Grandes Projetos começarem a operar, transformações rápidas e desconcertantes. Quase 6 bilhões de dólares de investimentos, num Estado em que o orçamento não cobre sequer as despesas de pessoal, provocarão mudanças estruturais.

Ao articular-se a fase atual do modo de produção capitalista, o Estado sofrerá impactos setoriais, setoriais e espaciais, que o levarão a um processo de crescimento com taxas que serão iguais ou maiores à média brasileira de 1968/73, época do boom do milagre.

Entretanto, uma antevisão do futuro próximo permite a afirmação de que, a curto e médio prazos, não será factível um processo de desenvolvimento. A dinâmica concentradora do capitalismo se repetirá, agravada pelo fato de os Grandes Projetos apresentarem baixo grau de integração ao aparelho produtivo local. Como enclaves, eles concretizarão mudanças estruturais até certo ponto desejáveis e fornecerão condições para que se verifiquem altas taxas de formação

bruta de capital fixo e de crescimento econômico. Mas serão incapazes de disseminar as conquistas do crescimento em termos individuais, setoriais e espaciais.

Assim, se a curto e médio prazos pode-se configurar o quadro e a moldura de um processo de desautonomia relativa, deve-se buscar, a longo prazo, meios para assegurar o desenvolvimento, que é a única saída para garantir a subsistência do Espírito Santo em níveis compatíveis com as tendências unitaristas do Estado Nacional e com as tendências oligopolistas e expansionistas do sistema capitalista contemporâneo.

Sem fazer a apologia da reversão da tendência estrutural centro-periferia, que é um fenômeno já detectado como integrante da dinâmica do capitalismo, deve-se procurar melhores padrões de integração para o Estado, indicando alguns fatores que o podem levar a renegociar sua dependência.

Acredita-se que as Proposições enfocadas a seguir podem atenuar, se implementadas, o processo de desautonomia relativa.

Tais Proposições são as seguintes:

PROPOSIÇÃO I

Certo padrão de descentralização federal visando, para os Estados, maior controle sobre as decisões referentes aos problemas locais.

Vinculada, de certa forma, à Proposição III, que recomenda um critério de alocação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) benéfico aos chamados **Estados Consumidores**, essa Proposição traz em seu bojo a intenção de implementar uma espécie de **planejamento nacional participativo**.

Somente factível se o volume de recursos controlados pelos Estados subdesenvolvidos atingir proporções relevantes — daí a sua ligação com a Proposição III — essa recomendação visa a fornecer às periferias uma capacidade relativa de participarem do processo de tomada de decisões referentes aos seus próprios problemas.

A despeito da tentativa de implantação do federalismo no Brasil, com a Constituição de 1891, o país perpetuou sempre a tendência do fortalecimento vertical e horizontal de poder, com as crescentes prerrogativas entregues à União e ao Poder Executivo, respectivamente. À exceção de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pelo menos até a Constituição de 1946 — que restringiu drasticamente a autonomia Estadual — costumava-se referir-se à autonomia como mera descentralização administrativa caracterizada legalmente. O governo federal subordinava-se aos interesses dos grupos dominantes nos grandes Estados, que dividiam o poder e configuravam uma esfera federal autoritária e arbitrária no exercício do poder em relação aos demais Estados.

O processo de perpetuação do Estado Nacional Unitarista, que alguns autores denominam de “Viagem redonda do Estado Patrimonial ao Estado Burocrático-Autoritário”,²¹ tem ramificações que se iniciam no século XVI, aproximadamente. Com efeito, o conjunto das relações de produção que constituiu a estrutura econômica da sociedade brasileira, edificou uma superestrutura jurídica e política que espelhou sempre a formação de uma espécie de consciência autoritária.

No início, o encontro do Estado Patrimonialista português com o imenso espaço novo a dominar criou condições para a consolidação de um Estado Patrimonialista e burocratizado. Havia claras tendências centralizadoras, devido à impossibilidade — técnica, econômica, militar e política — de fazer com que a presença portuguesa se estendesse para todos os pontos do território. Principalmente no Império (1822-1889), o Estado brasileiro conheceu uma organização nitidamente unitarista e centralizadora, perpetuando de forma contínua a necessidade de exercer rígidos controles sobre uma estrutura econômica essencialmente baseada no setor primário. Era necessário tirar o máximo de proveito do potencial de recursos naturais do Brasil.

Com a República, houve uma tentativa federalista que não passou de um engodo para mascarar a dominação da política **café com leite** — São Paulo/Minas Gerais. À essa época, os interesses ascendentes dos cafeicultores paulistas — prejudicados no Império pelo pacto implícito entre os interesses escravocratas dos senhores de terras e

os interesses centralizadores da burocracia do Estado encontraram uma brecha para a livre manifestação. E a autonomia estadual prevista no regime federativo assegurou a escalada das novas oligarquias rurais, que estabeleceram elos entre si para ocuparem o poder e lutar **pelo café e pelo leite**, simultaneamente. Assim, os interesses dos Estados hegemônicos eram expressados no Centro Nacional ainda mais porque institucionalizou-se o fenômeno do **coronelismo** e a chamada política dos governadores — mecanismo engendrado pelos Estados centrais para minimizar a autonomia dos periféricos e, inclusive, reduzir o grau de representatividade que esses poderiam obter no Congresso. A política dos governadores tinha, também, beneficiários na **periferia**. Só que esses beneficiários eram **os donos da situação local**, cuja dominação era garantida pelas elites nacionais. Quer dizer, o benefício às oligarquias locais não gerava benefícios para as regiões em que mandavam.

Em resumo, o período republicano deu continuidade à configuração permanente de uma superestrutura política pautada pelo elitismo centralizador/autoritário. A superestrutura jurídica, que tentou implementar um regime federalista, não conseguiu amortecer e/ou bloquear essa tendência.

A Revolução de 1930, levaria o país a um período de 15 anos de ditadura declarada, que redefiniria a estrutura de poder e o sistema político, a partir de um processo de industrialização/urbanização que incluiria a participação das classes médias urbanas no quebra-cabeças político, social e econômico. Nascida desde o instante em que se percebeu, no início do século XX, que haviam duas estruturas econômico-sociais no Brasil — a agrária/comercial, enfraquecida, e a urbano/industrial, ascendentes — essa revolução engendrou transformações substanciais.

Iniciou-se uma dinâmica de industrialização/urbanização; configurou-se nova estratificação social; fortaleceu-se o **governo federal**; expandiu-se o sistema educacional; tentou-se organizar a burocracia federal à luz do modelo Weberiano.²²

Refletindo a perspectiva internacional de implantação gradativa do planejamento e de intervenção estatal na economia, após o sucesso do primeiro nos países socialistas e da segunda com a **revolução Keynesiana**, a Revolução fez com que o Estado passasse a atuar de forma

21 Ver, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso. op. cit.

22 Nessa linha de raciocínio, maiores detalhes sobre a revolução de 1930 podem ser obtidas recorrendo-se a OLIVEIRA, Gersina Alves de. A burocracia Werberiana e a administração federal brasileira. In Revista de Administração Pública. n. 4 v. 2 jul./dez. 1970. p. 47-74.

marcante como o principal organizador da vida nacional. O aparato burocrático federal transforma-se qualitativa e quantitativamente, através da ampliação dos serviços e da criação de inúmeras entidades da administração direta e indireta. É nesse período que começam a operar os ministérios do Trabalho, da Indústria e Comércio, da Educação e Saúde e da Aeronáutica, bem como o IAPC, IAPETEC, IAPI, IAA, IBC e, principalmente, o DASP — órgão que atuou no sentido de tentar consolidar uma dominação racional-legal no Brasil.

O festival de siglas inicia-se aí e expande-se depois de 1950, em plena vigência do chamado **interregno democrático 1946/1964**. A Petrobrás, o BNDE, o Banco do Nordeste e a SUDENE, continuaram o processo de intervenção estatal e, mais ainda, iniciam, efetivamente, a atividade de planejamento no país.

Tendo o produto real brasileiro crescido em média 4,6% ao ano entre 1930 e 1940, enquanto o produto industrial crescia, no mesmo período, a taxas anuais de 5,2%,²³ o país parece ter contornado a grande depressão e nela ter encontrado motivação para **mudança de sua estrutura econômica no sentido da industrialização**. O processo substitutivo de importações, consolidado principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, parece ter permitido, ainda, taxas anuais de crescimento do produto real de 5,1% entre 1941 e 1947 e de 6,4% entre 1947 e 1956.²⁴

Aliando-se a isso a crença na queda dos mecanismos de mercado e na invalidade da teoria do *laissez-faire* nas decisões econômicas, nascida do sucesso do planejamento central socialista e do aparato intervencionista de Keynes, estavam criadas as pré-condições para efetivação do planejamento no Brasil. Na segunda metade da década dos 40, o efeito **demonstração** e, conseqüentemente, a emergência do mito do desenvolvimento econômico, consolidaram a crença na factibilidade do planejamento para o desenvolvimento. De 1930 a 1956, Getúlio Vargas, Dutra, e novamente Getúlio, balizaram essas mudanças na estrutura econômica e na superestrutura política. Planejamento, desenvolvimento, industrialização e intervenção estatal passaram a ser as palavras de ordem. O pacto político aparou as arestas e permitiu a continuação das tendências unitaristas.

O governo Kubitschek assumiu sob tais condições. Politicamente bem sustentado na aliança PSD-PTB, Juscelino marcou o início de um processo ainda mais eufórico de crescimento. Hábil manipulador, ele transformou o desenvolvimento e a industrialização em bandeiras e, promovendo uma gama de obras públicas de impacto publicitário, deslançou as indústrias automobilísticas e de construção naval, construiu Brasília e fez com que o produto real conseguisse as inéditas taxas anuais de 8,3% entre 1957 e 1961.²⁵

O **Programa de Metas** consubstanciava as intenções desenvolvimentistas de Kubitschek, e dava continuidade ao esforço brasileiro de planejamento, iniciado no DASP com a preparação do **Plano Quinquenal de Obras e Reaparelhamento da Defesa Nacional** (1942), do **Plano de Obras** (1943) e do **Plano Salte** (1946/1950). Coordenado pela elite tecnocrática brasileira emergente, a partir da consolidação do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico, o Programa de Metas logrou relativo êxito devido à habilidade política de Juscelino em duas frentes. Em primeiro lugar, ele utilizou a aliança PSD-PTB para **amortecer a influência do Poder Legislativo**, à época tomado por um processo marcante de orientação democrática. Em segundo lugar, fortaleceu a administração indireta e os Grupos de Trabalho, **contornando os problemas de emperramento da administração direta**.

Com o êxito do Programa de Metas e da utilização da chamada **administração paralela**, ficaram patentes dois fatos:

a) Mesmo num período de política partidária intensa, o Brasil pautou-se pela consolidação das inúmeras prerrogativas do Poder Executivo e da União;

b) A burocracia brasileira saiu do Governo Juscelino fortalecida e deu continuidade à prática do elitismo centralizador/autoritário. Além disso, Roberto Campos, Lucas Lopes, Gouvea de Bulhões e Eugênio Gudim, constituíram, a partir daí, a hoje denominada **tecnocracia brasileira**.

A partir daí, os contornos da viagem redonda do Estado Patrimonial ao Estado Burocrático-Autoritário, começam a ficar mais claros, ainda mais porque a história recente está viva na memória de todos.

Sucederam-se: a) o **Plano Trienal** (1962) — uma das mais sérias tentativas de se implementar **mudanças estruturais** no Brasil, bloqueada pela problemática política vigente; b) a criação/institucionalização do Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral; c) o **Plano de Ação Econômica do Governo** (1964-1966), que serviu para legitimar a emergência de Roberto Campos como Super-Ministro; d) o **Plano Estratégico de Desenvolvimento** (1968/1970), em vigor na época da gestão Costa e Silva, quando Delfim Netto emergiu como Super-Ministro; e) o **I Plano Nacional de Desenvolvimento** (1972/1974); e, f) o **II Plano Nacional de Desenvolvimento** (1975/1979).²⁶

A hipertrofia do executivo, **legalizada** pelos Atos Institucionais I, II, III, IV e V, principalmente, e a supremacia da União, fortalecida a partir da Reforma Tributária de 1966/1967, permeadas pela ascensão da tecnocracia, forneceram o quadro e a moldura do estágio atual — burocrático/autoritário — do Estado Brasileiro.

Insera-se aí, a problemática dos Estados subdesen-

23 Ver SIMONSEN, Mário Henrique e CAMPOS, Roberto de Oliveira. A nova economia brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974. p. 4.

24 Ibid. p. 5.

25 Ibid. p. 6.

26 Ibid. p. 47-78.

volvidos. Drenados em termos econômicos-financeiros e em termos de autonomia política, eles ficaram à mercê do governo federal. Em certos casos, como o do Espírito Santo, o orçamento estadual não cobre sequer as despesas com pessoal.

Mas, como conciliar as tendências/necessidades unitaristas e centralizadoras do Estado Nacional, ditadas por sua articulação com a fase atual do capitalismo, com as aspirações locais?

A minimização do problema, parece consistir na tentativa de implementação de um planejamento nacional participativo, aliado a um federalismo fiscal que possibilite maior alocação de recursos para as periferias.

Cristalizou-se no Brasil a prática do planejamento autoritário, feito de cima para baixo. É o governo federal quem estabelece as prioridades desenvolvimentistas nacionais e locais. É ele quem fornece os recursos. É ele quem dita todas as regras do jogo.

Buscando a perpetuação do *status quo* — como forma de mantê-la o máximo de tempo no poder — foi a burocracia federal — ou tecnocracia, como preferem alguns autores — quem mais contribuiu para a vigência desse estado de coisas. Vestais transcafiadas em seus gabinetes, essa nata de intelectualidade científica nacional, muitas vezes distante da realidade de um país de dimensões continentais, não procura ver e ouvir as peculiaridades e expectativas locais. Formula os planos — quase sempre carregados de modelos transplantados de países com problemas diferentes dos brasileiros — e exige o seu cumprimento. Não se importa, inclusive, se o plano for destinado às gavetas, por seu distanciamento da realidade local.

A minimização desse problema tem, portanto, correlação com a possibilidade de uma inversão de valores. As prioridades nacionais seriam estabelecidas com um resultado obtido a partir do atendimento da soma de prioridades locais. O planejamento seria efetivado de baixo para cima, compatibilizando-se os interesses específicos com o interesse geral, mais ou menos segundo a lógica hegeliana.

Isso será possível se:

a) For implementado um federalismo fiscal que atenda, pelo menos relativamente, os interesses dos Estados periféricos;

b) A responsabilidade pública dos governantes for colocada à prova, pela viabilização da *democracia substantiva*, à qual se refere Fernando Henrique Cardoso, da seguinte forma:

“A questão básica não está em reafirmar a ‘apatia’ das massas nem a condená-las ao conformismo oportunista, mas sim em reconhecer que a mobilização popular na reivindicação de interesses próprios requer determinadas condições para que possa ocorrer. Noutros termos, quando se considera que a cultura popular não é a mera reprodução da ideologia dominante e que as técnicas da propaganda só se tornam plenamente eficazes quando aliadas à repressão, passa a ser politicamente fundamental a discussão sobre a democratização da sociedade. Essa discussão torna-se central quando se admite que o modelo de uma sociedade renovada não decorrerá da imposição de valores por um grupo ‘iluminado’ das elites, seja ele de que natureza for: partido, punhado de heróis, San-

tos reformadores, etc., mas sim de uma ação comum, consciente e organizada das próprias camadas populares.

“Por democratização, neste contexto, entende-se a capacidade de manifestação, pelas camadas populares, de seus pontos de vista, sem o terror da represália. Algumas vezes, em passado recente, essa manifestação tornou-se possível na medida em que instituições reconhecidas, como as igrejas e os partidos, constituíram-se em abrigo para que as aspirações populares pudessem vir à tona. Dadas as peculiaridades da situação brasileira — em que ao autoritarismo tradicional justapõe-se agora o autoritarismo tecnocrático — torna-se necessário alguma forma de proteção, para que aqueles que se manifestam possam deixar entrever seus sentimentos, sem o temor de que a coerção Social dos poderosos faça-se sentir sem apelação. Do ponto de vista popular, ainda que isso pareça uma definição meramente negativa e subjetivista, liberdade é ausência de medo. Por extensão, só será possível uma democratização substantiva quando se construírem na esfera institucional, organizações que viabilizem a expressão do sentimento popular sem que o temor estanque o protesto. Não basta, embora seja condição necessária, um Estado de Direito. Ele se torna condição necessária porque, ao limitar-se a violência do Estado aos meios reconhecidos pela lei e ao se definirem os limites de sua legitimidade, torna-se possível criar as outras instituições que abrigarão o povo para, nelas e por seu intermédio (embora não exclusivamente), criar-se o clima de confiança que permita transformar o que pode estar assegurado abstratamente na Lei em condição de vida: o destemor da represália e a confiança no desenvolvimento de organizações e instituições capazes de estimular conexões interpessoais e de sustentar ações coletivas. Uma perspectiva de democratização substantiva supõe também um sistema fluído de informações, que permita o intercâmbio das experiências e dos desejos populares, e a capacidade de propor alternativas viáveis (processo que requer conscientização e educação popular), em direção a uma ordem Social mais igualitária e capaz de assegurar emprego, alimentação e abrigo para todos.

“Noutros termos, à ‘ética’ do consumismo diferido e do desperdício dos ricos é preciso responder com o ideal do atendimento das necessidades Sociais básicas de todos. Não há liberdade com medo e não há portanto possibilidade efetiva de liberdade quando a fome, o desemprego, a falta de educação para os filhos ou a falta de casa rondam e roem a alma da maioria”.²⁷

27 CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização: o contexto da sociedade civil. In São Paulo 1975 — crescimento e pobreza. São Paulo, Loyola, 1976. p. 150.